

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da CESP – Companhia Energética de São Paulo, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Nossa Senhora do Sabará, nº 5312, Bairro de Pedreira, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 60.933.603/0001-78, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2015

I. MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Em 7 de julho de 2015 ocorreu o término das concessões das duas maiores usinas hidrelétricas da CESP, Ilha Solteira e Jupia que juntas representavam 75% da potência instalada. De forma inédita para o processo de renovação, o Governo Federal instituiu o pagamento de outorga para renovação das concessões das usinas definidas no Edital de Leilão ANEEL nº 12/2015, incluídas as duas da CESP.

Não obstante o esforço dos administradores e do acionista controlador, não foi viabilizada a participação da Companhia no Leilão realizado em 25 de novembro de 2015. A decisão demonstra disciplina no uso do capital da CESP.

No período compreendido entre o término das concessões e a assunção do novo concessionário, a CESP vem operando as duas usinas no regime de cotas e permanecerá nessa condição até o final do período de operação assistida a se encerrar em 30 de junho de 2016. Trata-se de operação marginalmente lucrativa e que cumpre com nossa responsabilidade social de continuidade do serviço de geração de energia elétrica.

A Companhia entende que a assunção de um novo operador caracteriza sucessão trabalhista e ingressou na justiça para obter este reconhecimento. Da mesma forma, entende que os litígios referentes às ações judiciais relativas àquelas usinas acompanham as concessões, pois a elas são inerentes.

Ao final deste exercício de 2015, a CESP mantém as concessões de um parque gerador formado por três usinas hidrelétricas, totalizando 1.654,6 MW de capacidade instalada.

Durante 2015 foram comercializados 2.166 MW médios, sendo 551 MW médios no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e 1.519 MW médios no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A manutenção dos baixos níveis dos reservatórios e o elevado despacho térmico pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS afetaram todos os geradores hidráulicos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que se viram obrigados a arcar com custos adicionais decorrentes de rateios (GSF – *Generation Scaling Factor*) nas liquidações financeiras junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Várias empresas, inclusive a CESP, ingressaram com liminares visando proteção contra esses custos, o que implicou na paralisação e atrasos nas liquidações da CCEE, o que levou o Governo Federal a editar a Medida Provisória nº 688/2015 visando à repactuação do risco hidrológico, convertida na Lei nº 13.203/2015 após prolongado processo de Audiência Pública coordenado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A CESP aderiu à repactuação do risco hidrológico para a parcela de sua energia comercializada no ACR para a qual, mediante pagamento de prêmio, estará protegida de riscos hidrológicos até o ano de 2028, quando ocorrerá o final da atual



concessão da UHE Porto Primavera. O efeito dessa repactuação resultou em redução de custo com compra de energia elétrica na CCEE em 2015 de R\$ 155 milhões para R\$ 52 milhões.

Em 1º de outubro de 2015, o MME – Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, em que definiu o valor de R\$ 2,03 milhões como indenização da UHE Ilha Solteira, relativo ao projeto básico, nos termos da MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, referenciados a preços de junho de 2015, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações até 30 de junho de 2015. Para a usina Jupia, o Governo Federal considera que não há valor a indenizar.

Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP ação indenizatória em face da União Federal, para que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão das usinas Ilha Solteira e Jupia, considerado o custo histórico atualizado dos ativos em questão.

Por outro lado, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, a CESP encaminhou, em dezembro de 2015, comprovação da realização de investimentos em modernizações e melhorias vinculadas aos bens reversíveis das usinas Ilha Solteira e Jupia, cujo saldo em 30 de julho de 2015 totalizava R\$ 230 milhões.

Resta ainda uma diferença entre o saldo registrado na contabilidade da CESP e o valor da indenização proposto pela Portaria MME nº 458, o que levou a Companhia, cumprindo as normas internacionais de contabilidade, a constituir provisão de R\$ 580,8 milhões, sem prejuízo do direito de continuar a discutir os valores judicialmente.

Em 2015 a Companhia apresentou prejuízo operacional da ordem de R\$ 61,4 milhões o qual, adicionado das realizações de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação) e das reservas de lucros a realizar, atinge um lucro ajustado de R\$ 41,3 milhões.

A Companhia está oferecendo a seus acionistas dividendos, conforme expresso na Nota Explicativa 23.6 – Proposta de Destinação do Resultado, nos termos da Proposta que seu Conselho de Administração está levando à deliberação dos Senhores Acionistas em Assembleia Geral prevista para o próximo dia 26 de abril.

A Companhia continua buscando receber o valor incontroverso relativo à indenização da UHE Três Irmãos da ordem R\$ 1,7 bilhão (base junho/2012), sem prejuízo da discussão do total de R\$ 6,7 bilhões (base abril/2013), pleiteado na ação judicial.

II. A CESP E SEU MERCADO

A CESP possui um parque gerador exclusivamente hidráulico, formado por três usinas hidrelétricas: Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera – 1.540 megawatts – MW), Paraibuna (87,02 MW) e Jaguari (27,6 MW), totalizando 1.654,62 MW de capacidade instalada, que representa 1.081 MW médios de garantia física. Este montante constituiu a quantidade de energia própria que a CESP pode comercializar.

As concessões das usinas Ilha Solteira (3.444 MW) e Engenheiro Souza Dias (Jupia – 1.551,2 MW) venceram em 7 de julho de 2015 e foram objeto de leilão realizado em 25 de novembro, sendo que a CESP continua operando, temporariamente, essas usinas até a assunção do novo controlador.

A CESP comercializa sua energia nos seguintes mercados:

Ambiente de Contratação Regulada – ACR: mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) firmados com distribuidoras.

Ambiente de Contratação Livre – ACL: mediante os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVEEs) de curto, médio e longo prazo, negociados com as empresas comercializadoras, geradoras e consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada são contabilizadas e liquidadas financeiramente.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP é programada e executada de acordo com os Procedimentos de Rede e sob a coordenação do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, garantindo-se a preservação de seus ativos e o cumprimento de suas obrigações sociais e ambientais. A busca da eficiência na produção se baseia na associação dos



recursos fundamentais de disponibilidade, recursos hídricos e oportunidades de alocação de produção no Sistema Interligado Nacional (SIN). Em 2015, a CESP produziu 1.964 MW médios.

Produção de Energia Elétrica

Em MW médio	2010	2011	2012	2013	2014*	2015**
Produção	4.674	4.687	4.822	4.103	3.327	1.964

* considerando a produção da UHE Três Irmãos até setembro/2014 (fim da operação temporária).

** considerando a produção das UHEs Ilha Solteira e Jupuí até 07/07/2015.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A garantia física da CESP no ano de 2015 foi de aproximadamente 2.314 MW médios, já considerando o vencimento das concessões das UHEs Ilha Solteira e Jupuí em julho do mesmo ano, sendo comercializada **(i)** no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, com 45 empresas distribuidoras e **(ii)** no Ambiente de Contratação Livre – ACL, negociados com 6 clientes livres e 10 comercializadoras. As diferenças entre a energia produzida, a garantia física e a energia contratada foram contabilizadas e liquidadas na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA – ACR

Em 2015, a CESP destinou às distribuidoras de energia elétrica o montante de 551 MW médios, o que representou uma participação de 27% do total comercializado em contratos no ano.

Em relação ao ano de 2014, houve uma redução nas vendas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR de 46%, devido ao vencimento dos contratos do produto “2014 – 18 meses” e do produto “2014 – 12 meses” ambos do 12º Leilão de Energia Existente, e do produto 2007 do 1º Leilão de Energia Existente (2007-2014).

AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL

Nesse segmento de mercado, em 2015 a parcela de energia referente aos contratos de venda de energia de médio e longo prazo correspondeu a 1.519 MW médios, constituindo uma participação de 73% do montante total comercializado em contratos no ano.

Em comparação ao ano de 2014, houve redução de 23% nas vendas neste ambiente devido ao encerramento de alguns contratos no decorrer do ano.

RESULTADOS DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Em 2015, a CESP comercializou em contratos 2.070 MW médios, o que significou uma redução de 31% em relação ao ano de 2014. Contribuíram para esse resultado a adequação da carteira de contratos da Companhia, que incluiu, entre outras ações, a realização de uma operação de troca de energia em função do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupuí, juntamente com as condições do mercado e hidrológicas do sistema.

As condições hidrológicas desfavoráveis fizeram com que as usinas hidrelétricas do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia fossem despachadas de modo a gerar abaixo de suas garantias físicas durante grande parte do ano, fenômeno representado comercialmente pelo GSF – *Generation Scaling Factor*. Com isso, os geradores do MRE arcaram com o *déficit* entre geração e garantia física, que é valorado ao PLD – Preço de Liquidação das Diferenças.

Ainda assim, a Companhia liquidou sobras na CCEE equivalentes a cerca de 60 MW médios de energia no MCP – Mercado de Curto Prazo, valorados ao PLD.

FATURAMENTO

O faturamento da CESP com a comercialização de energia foi de R\$ 3.517 milhões, uma redução de 35,5% sobre os R\$ 5.455 milhões auferidos no ano de 2014. Desse total, R\$ 2.831 milhões foram provenientes de contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulada e livre.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA – ACR:

A CESP faturou R\$ 805 milhões em CCEARs – Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado com as distribuidoras. Esse faturamento representou uma redução de 47% sobre o verificado no ano de 2014 e justifica-se pelas reduções já mencionadas nos montantes vendidos.

RECEITAS OBTIDAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE – ACL:

Neste ambiente, o faturamento correspondeu a R\$ 2.025 milhões em contratos bilaterais de longo e médio prazo, onde foram atendidos 16 clientes, sendo 6 consumidores livres e 10 comercializadoras.

Apesar da redução de 23% nos montantes vendidos, o faturamento no ACL apresentou diminuição de apenas 8% sobre o verificado no ano de 2014, influenciado pelo reajuste médio de 12% nos preços dos contratos.

RECEITAS OBTIDAS COM A ENERGIA LIQUIDADADA NA CCEE:

A receita obtida pela Companhia na CCEE totalizou R\$ 365,7 milhões, incluindo o MCP e o MRE. Após a dedução da energia comprada (R\$ 186,1 milhões), o resultado da contabilização e liquidação na CCEE ficou positivo em R\$ 179,6 milhões, sem considerar a redução proporcionada pela repactuação do risco hidrológico. A operação e manutenção temporárias das usinas Ilha Solteira e Jupia pela CESP, sob o regime de cotas a partir do término das concessões, proporcionaram à Companhia uma receita de R\$ 321 milhões, contabilizada pela CCEE.

III. SISTEMA ELÉTRICO DA CESP

A CESP garante o atendimento dos seus compromissos comerciais, conciliando-os às exigências regulatórias de Disponibilidade (Resolução ANEEL nº 614/2014) e Sistêmicas (necessidades de geração para atender à demanda sistêmica), dentro de princípios de economicidade.

A eficiência das usinas do SIN é apurada pelo ONS por meio do Índice de Disponibilidade (ID) determinado com base na garantia física e calculado por meio da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada Apurada (TEIFa) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) definidas pela ANEEL.

Na sua gestão para assegurar a disponibilidade e confiabilidade do fornecimento, a Companhia tem superado os valores de referência estabelecidos pela ANEEL, média ponderada de 0,897 para o ID e 0,0249 para a TEIFa. Em 2015 foram apurados 0,941 (0,929 em 2014) e 0,0045 (0,0097 em 2014), respectivamente.

IV. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Para acompanhar as demandas atuais de Sustentabilidade, a CESP atualizou em maio de 2015, a sua Política de Meio Ambiente. São sete novos requisitos aprovados em Resolução de Diretoria, incorporando compromissos de buscar a melhoria contínua do desempenho ambiental da Companhia, adotando procedimentos de prevenção à poluição, eficiência energética e uso responsável dos recursos naturais, bem como o compromisso de reduzir os efeitos das mudanças climáticas, com base no inventário e na redução das emissões dos gases de efeito estufa.

A Companhia tem incorporado ao seu cronograma de trabalho, atividades em linha com os conceitos de Sustentabilidade Empresarial. Dentre elas, merecem destaque:

CDP – *Driving Sustainable Economies*

Desde 2007, a CESP responde o questionário do *Driving Sustainable Economies*, antigo *Carbon Disclosure Project (CDP)*, o que colaborou para a reflexão sobre o tema “alterações climáticas” na Companhia. O Programa de Mudanças Climáticas e Sequestro de Carbono, a tradição na publicação anual do inventário de gases de efeito estufa (GEE), a gestão das oportunidades e os projetos de pesquisa e desenvolvimento, são os pontos de destaque em mudanças climáticas.

A CESP é uma Companhia de baixa intensidade de carbono, que produz energia elétrica exclusivamente a partir de usinas hidrelétricas, em bacias hidrográficas consideradas de baixa influência frente às mudanças climáticas e com potenciais oportunidades em uma futura economia de baixo carbono.

Ecotime

Os Ecotimes são grupos multidisciplinares, compostos por colaboradores de diversas áreas da CESP, cujo propósito é contribuir com o aprimoramento de alguns processos ambientais presentes na Companhia. A atuação desses grupos tem priorizado os seguintes temas: saúde e segurança do trabalho (em parcerias com as CIPAs – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes); consumo consciente de água e energia; gestão de resíduos sólidos; realização de campanhas para reciclagem e doação de calçados, óleo vegetal, filmes de radiologia, entre outros materiais.

Implantação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

É um conjunto de procedimentos com ênfase na sustentabilidade e foco na adoção de práticas que buscam reduzir ao máximo o impacto ambiental das atividades da Companhia. Em dezembro de 2015, foi concluída a implantação do SGA na usina Eng. Sergio Motta, estando em implantação nas usinas Paraibuna e Jaguari.

Programa Nascentes

É um programa do Governo do Estado que visa reflorestar nascentes, córregos e rios que formam as bacias que abastecem reservatórios utilizados para atender centros urbanos. A CESP participa do programa, recuperando o entorno do reservatório da UHE Jaguari, nos municípios de Jacareí, Santa Isabel e Igaratá, no Vale do Paraíba. A área recuperada foi de 180 hectares em 2015.

ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial

A CESP tem participado da carteira do ISE BMF&BOVESPA e compõe a do ano de 2016, o que confirma o compromisso da Companhia com as questões ambientais e sociais e demonstra seu comprometimento com a sustentabilidade.

Relatório de Sustentabilidade

O Relatório de Sustentabilidade da CESP foi elaborado de acordo com a metodologia da *Global Reporting Initiative (GRI)*, versão G3.1, e abrange o conjunto de indicadores do suplemento setorial de energia elétrica (EU-GRI). A CESP busca manter o melhor relacionamento com as partes interessadas por meio da divulgação do seu compromisso com o desenvolvimento sustentável.

O Relatório de Sustentabilidade fornece, a todas as partes interessadas, informações sobre o desempenho, políticas ambientais, sociais e de governança da companhia.

Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental da ANEEL

Em cumprimento ao estabelecido na Resolução ANEEL nº 605, de 11 de março de 2014, a CESP divulga o seu Relatório de Responsabilidade Socioambiental, reforçando o compromisso com a transparência na prestação de contas para a sociedade.

O relatório segue as diretrizes do “Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica”, da ANEEL e observa, ainda, as orientações do “Balanço Social” proposto pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Manual Socioambiental

Os procedimentos relacionados a questões socioambientais adotados pela CESP durante o período chuvoso, principalmente em razão de elevação das vazões, foram reunidos neste manual que integra os manuais do SOSEM – Sistema de Operação em Situação de Emergência, visando a segurança das barragens, reservatórios, empregados e das comunidades do entorno das usinas.

Disponibilizado no site da CESP, estabelece os valores, princípios e diretrizes que orientam o relacionamento com os fornecedores e fixa a Política de Suprimentos da CESP. Foi atualizado em 2015 para inclusão das diretrizes dispostas na Lei Anticorrupção.

Política de Segurança da Informação

Essa Política visa garantir a privacidade das informações e protegê-las contra uso não autorizado previamente. Orienta sobre a utilização dos recursos tecnológicos apenas para finalidades aprovadas pela CESP. Visa ainda garantir a segurança dos dados por meio de hospedagem externa do ambiente tecnológico, para replicação de dados e recuperação de desastres e continuidade dos negócios da Companhia em caso de sinistro.

V. RESPONSABILIDADE SOCIAL

DIVERSIDADE

A CESP mantém o Selo Paulista da Diversidade, na Categoria Pleno, outorgado pelo Governo do Estado de São Paulo. Esse selo reflete a política de não exclusão no que tange as diferenças raciais, sociais, sexuais, ideológicas, religiosas, entre outras.

Em 2015 foram realizadas diversas ações relacionadas a esta certificação, envolvendo as seguintes atividades: palestra e debate Terceira Idade e Aposentadoria (VI Semana Interna da Diversidade – SIDI); sensibilização dos empregados nas seguintes datas do calendário da Diversidade: Dia Internacional contra a Discriminação Racial; Dia Nacional do Braille; Dia do Índio; Dia de Combate à Homofobia; Dia Nacional da Consciência Negra; Dia Internacional da Pessoa com Deficiência e celebração ecumênica no final do ano.

AÇÕES SOCIAIS

Website Acessível a Deficientes Visuais

A CESP mantém no seu *website* corporativo, inclusive no módulo de Relações com Investidores, recursos que permitem o acesso a deficientes visuais que disponham de softwares do tipo leitores de telas em seus computadores e queiram conhecer a Companhia ou se utilizem de alguma página como ferramenta de trabalho.

Instituto Criança Cidadã (ICC)

A CESP deu continuidade a sua participação como empresa mantenedora fundadora do Instituto Criança Cidadã – ICC, contribuindo com o funcionamento das 16 unidades educacionais da instituição. Soma-se ao apoio financeiro, o trabalho voluntário por empregados que auxiliam a instituição com orientação técnica e administrativa.

Como em anos anteriores, o ICC, entidade educacional que tem a história de seus projetos iniciada pela CESP em 1987, apresentou, em 2015 importantes ações e conquistas, que permitiram a renovação do reconhecimento da entidade como Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.

Em 2015, mais de 7.500 atendimentos foram prestados a crianças, jovens e adultos, todos moradores de comunidades carentes das regiões leste, sul e oeste da capital e do município de Guarulhos dentro dos quatro projetos da instituição: Transmitindo Cidadania, Gerando Talentos, Manancial de Produção-Escola de Moda e Beleza e Nossa Comunidade. O ICC assegura alimentação balanceada, supervisionada por nutricionista; apoio integral ao desenvolvimento da criança, por uma equipe multidisciplinar de saúde; educação infantil básica, arte-educação e orientação para o trabalho, oferecida por educadores, coordenadores e diretores educacionais; e atividades voltadas ao esporte e lazer, ao desenvolvimento comunitário e à geração de renda.

Inclusão Social de Aprendizizes

A inclusão social dos aprendizizes, promovida pelo Programa de Aprendizagem Profissional da CESP, tem por objetivo preparar não só bons profissionais, mas principalmente, melhores cidadãos para o Brasil. O programa compreende ações voltadas para os aprendizizes e seus familiares, realizando, dentre outras atividades, palestras e dinâmicas com os aprendizizes. Em 2015 foram temas de *workshop* com os jovens, comportamentos relacionados ao ambiente organizacional, como postura profissional, absenteísmo, atrasos, relacionamento interpessoal, assédio moral e sexual, bem como autoestima, dentre outros.


Visitas às unidades de produção

Em 2015, as unidades de produção da CESP foram visitadas por 44.314 pessoas. Estudantes, engenheiros, técnicos e turistas têm nessas visitas a oportunidade de saber como é o funcionamento de uma usina hidrelétrica e também tomam conhecimento dos vários programas desenvolvidos pela Empresa na busca do conhecimento e da conservação da fauna e da flora nativas. No caso da Usina Porto Primavera, os visitantes têm contato também com aspectos da cultura da região no Museu da Memória Regional.

VI. BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo	2015 Valor (Mil reais)			2014 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	2.950.982			4.699.251		
Lucro Operacional Bruto (LOB)	1.530.575			3.569.042		
Folha de pagamento bruta (FPB)	208.621			198.454		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	9.431	4,52%	0,32%	8.600	4,33%	0,18%
Encargos sociais compulsórios	43.281	20,75%	1,47%	41.829	21,08%	0,89%
Previdência privada	8.351	4,00%	0,28%	8.344	4,20%	0,18%
Saúde	10.531	5,05%	0,36%	14.114	7,11%	0,30%
Educação	664	0,32%	0,02%	946	0,48%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	695	0,33%	0,02%	946	0,48%	0,02%
Creches ou auxílio-creche	32	0,02%	0,00%	37	0,02%	0,00%
Outros	226	0,11%	0,01%	151	0,08%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	73.211	35,09%	2,48%	74.967	37,78%	1,60%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre LOB	% sobre RL
Educação	2.959	0,19%	0,10%	3.155	0,09%	0,07%
Cultura	6.400	0,42%	0,22%	7.314	0,20%	0,16%
Esporte	1.074	0,07%	0,04%	1.200	0,03%	0,03%
Outros	142.092	9,28%	4,82%	158.726	4,45%	3,38%
Total das contribuições para a sociedade	152.525	9,97%	5,17%	170.395	4,77%	3,63%
Tributos (excluídos encargos sociais)	525.078	34,31%	17,79%	1.146.640	32,13%	24,40%
Total - Indicadores sociais externos	677.603	44,27%	22,96%	1.317.035	36,90%	28,03%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre LOB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	29.554	1,93%	1,00%	34.560	0,97%	0,74%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	6.462	0,42%	0,22%	3.836	0,11%	0,08%
Total dos investimentos em meio ambiente	36.016	2,35%	1,22%	38.396	1,08%	0,82%
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados(as) ao final do período	802			922		
Nº de admissões durante o período	23			20		
Nº de estagiários(as)	13			17		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	640			727		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	131			143		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	6,67%			7,14%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	179			210		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,75%			1,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	11			11		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	21,05			20		
Número total de acidentes de trabalho	15			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizar e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa	no Procon	na Justiça	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa %	no Procon %	na Justiça %	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2015: 1.163.920			Em 2014: 2.599.231		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	49% governo 5% acionistas	14% colaboradores(as) 42% terceiros	0% retido	46% governo 22% acionistas	6% colaboradores(as) 26% terceiros	0% retido
7 - Outras Informações	A distribuição do valor adicionado não contempla o ajuste ao lucro, e conseqüente revisão do resultado a ser distribuído aos acionistas					

VII. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

A CESP destina anualmente 1% (um por cento) da sua receita operacional líquida em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), conforme dispõe seu contrato de concessão.

Desde 2005 foram investidos R\$ 92,9 milhões em 89 projetos, sendo 59 já concluídos.

Adicionalmente apenas em 2015 a Companhia recolheu R\$ 11,77 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e R\$ 5,89 milhões ao Ministério de Minas e Energia – MME.

VIII. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde julho de 2006 a CESP integra o Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, que se constitui em um conjunto de regras que disciplina as relações entre o acionista controlador, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, demais acionistas e, em especial, o mercado financeiro, que é provido de informações com qualidade, agilidade e transparência. Além dos procedimentos exigidos pelo Nível 1 de Governança Corporativa, a CESP adotou, adicionalmente, as seguintes práticas, incorporadas ao seu Estatuto Social:

- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA para dirimir dúvidas de caráter societário;
- *Tag Along* – Direito aos acionistas detentores de ações preferenciais classe B (CESP 6) ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago ao acionista controlador, na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Conselho de Administração composto por 20% de conselheiros independentes.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A CESP dispõe de uma área de relações com investidores (RI) que coordena a distribuição das informações ao mercado financeiro em geral, investidores, analistas de mercado, instituições financeiras, órgãos reguladores e fiscalizadores, por meio das teleconferências dos resultados trimestrais, reunião pública anual, website corporativo, módulo do RI (<http://ri.cesp.com.br>); e-mail ricesp@cesp.com.br e *mailing list*. No decorrer de 2015 foram realizados cerca de 37 eventos com analistas de mercado e investidores.

A CESP é acompanhada por 13 analistas de mercado, tendo presentemente 3 (três) recomendações de compra, 7 (sete) recomendações de manutenção e 3 (três) recomendações de venda.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Segundo o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração pode ser composto por até 15 integrantes, sendo pelo menos 20% de conselheiros independentes, eleitos para um mandato de 2 (dois) anos. Foram eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, de 26.01.2015, o Sr. João Carlos de Souza Meirelles e o Sr. Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos. O Sr. Meirelles assumiu então a presidência do Conselho de Administração. Na Assembleia Geral Ordinária de 2015 foram eleitos 13 conselheiros, sendo 3 conselheiros independentes e um deles eleito pelos acionistas preferencialistas. Faz parte também do Conselho de Administração um membro eleito pelos empregados da Companhia. O mandato de todos os conselheiros expira na Assembleia Geral Ordinária de Abril de 2017.

As reuniões do Conselho de Administração em sua forma ordinária, conforme nosso Estatuto Social, são realizadas uma vez por mês, e na forma extraordinária, sempre que necessário aos interesses da Companhia. Em 2015 foram realizadas 12 (doze) reuniões presenciais, 03 (três) reuniões extraordinárias por meios eletrônicos e 01 (uma) reunião extraordinária presencial. O nível médio de presença dos conselheiros foi de 94,23%, sendo que o conselheiro menos assíduo teve 04 faltas, todas devidamente justificadas.

Na Reunião do Conselho de Administração de 14 de abril de 2015 foi aprovado o Regimento Interno desse Órgão.

Este Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho de Administração, bem como o relacionamento entre o Conselho, seus comitês e demais órgãos da sociedade.

O Regimento Interno também estabelece a criação de comitês internos, sendo um de natureza permanente, o Comitê de Auditoria e Riscos, composto por no mínimo três (máximo de cinco) membros do Conselho, em sua maioria independentes e presidido por um conselheiro independente.

DIRETORIA

A Diretoria, conforme o Estatuto Social, é composta de um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Geração, que responde interinamente também como Diretor de Engenharia e Construção, e um Diretor Administrativo. A Diretoria deve se reunir, ordinariamente, pelo menos duas vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do diretor presidente ou de outros diretores. No ano de 2015, foram realizadas 35 reuniões de Diretoria.

Em 16 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração, em reunião extraordinária, elegeu o Sr. Mauro Guilherme Jardim Arce, como Diretor Presidente e o Sr. Marcio Rea, como Diretor Administrativo. Compõem ainda a Diretoria o Sr. Almir Fernando Martins como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Sr. Mituo Hirota como Diretor de Geração.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é constituído por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos anualmente em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, sendo um deles representante dos acionistas preferencialistas e outro representando os acionistas ordinários minoritários. O mandato dos Conselheiros Fiscais é unificado de um ano, podendo ser reeleitos. As reuniões do Conselho Fiscal ocorrem pelo menos uma vez ao mês.

CÓDIGO DE CONDUTA

O Código de Conduta da CESP foi implantado em 2008 com o objetivo de disseminar os princípios e valores da CESP a todos seus empregados, além de orientar as relações com suas partes interessadas. Em consonância com as boas práticas de governança corporativa, em 2015 a CESP revisou e atualizou o seu Código de Conduta, que passou a se chamar Código de Ética e de Conduta Empresarial. Entre outras atualizações, foram incorporadas as disposições da Lei Federal nº 12.846, de 01.08.2013 (Lei Anticorrupção) e do Decreto Estadual nº 60.106, de 29/01/2014, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional e internacional.

Todos os empregados receberam a versão atualizada do Código de Ética e de Conduta Empresarial e do Regimento Interno do Comitê de Ética e de Conduta Empresarial, por meio eletrônico ou via impressa, sendo que os recebimentos foram devidamente registrados e arquivados pelo Departamento de Recursos Humanos, uma vez que desde 2012 ficou explícita a exigência de confirmação de adesão por parte dos empregados sempre que houver qualquer alteração no seu conteúdo.

O Código está disponível na intranet (Netcesp) e no *website* da CESP: (<http://www.cesp.com.br>). Ao acessá-lo já é disponibilizado link para, se for o caso, ser efetuado o registro da representação. Também há o e-mail codigo.eticaeconduita@cesp.com.br, para que os interessados possam fazer representações.

POLÍTICA SOCIAL EMPRESARIAL

Na Política Social Empresarial da CESP estão apresentados os princípios e diretrizes que fundamentam as práticas da Companhia nas relações com partes interessadas: acionistas, credores, clientes, empregados, parceiros, comunidade, governo e sociedade. A Política aborda práticas de direitos humanos e do trabalho, e de relacionamento com fornecedores e a comunidade, tais como a não contratação de trabalho infantil ou análogo ao escravo; contratação não discriminatória; estímulo à diversidade entre os empregados; promoção da saúde e segurança de empregados e terceiros; apoio às ações educativas para jovens das comunidades locais; estreitamento de canais de comunicação interna e externa, entre outros. Em 2015, com o objetivo de ajustá-la aos conceitos atuais, explicitou-se o repúdio e a vedação de qualquer prática relativa à exploração sexual de homens, mulheres, crianças e adolescentes. A Política Social Empresarial está disponível na intranet e no *website*.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO

A Política de Divulgação da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, tem por objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais Pessoas Vinculadas no que tange à divulgação de Informações Relevantes e à manutenção de sigilo acerca de atos ou fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO PRÓPRIA

Em 2011, o Conselho de Administração aprovou a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão Própria, que estabelece as regras pelas quais as pessoas vinculadas, definidas na Política, devem se pautar para negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia.

POLÍTICA DE DIVIDENDOS

O Conselho de Administração aprovou, também em 2011, a Política de Dividendos, que define os períodos e os critérios adotados para o pagamento de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio. A Política está baseada nas regras do Estatuto Social e enfatiza o papel do Conselho de Administração na condução dessa Política.

POLÍTICA DE CONVERSÃO DE AÇÕES PNA

O Conselho de Administração aprovou, em 2013, a Política de Conversão de Ações PNA, que define os períodos e os critérios adotados para a conversão das ações preferenciais classe "A". A Política está baseada no artigo 5º do Estatuto Social e tem por objetivo estabelecer as regras que deverão ser observadas para a conversão das ações preferenciais classe "A" (PNA) em ações ordinárias (ON) e/ou em ações preferenciais classe "B" (PNB).

GESTÃO DE RISCOS

A Política de Gestão de Riscos da CESP, aprovada pelo Conselho de Administração em 07/06/2011, estabelece o processo, métodos e critérios para identificação, avaliação, monitoramento e comunicação dos riscos e respectivas ações de controle ou de mitigação, a serem observadas pelos agentes responsáveis pela atividade de gestão de riscos no âmbito da Companhia. No âmbito executivo, a estrutura de controle de gerenciamento de riscos corporativos é constituída pelo Comitê de Riscos, pela Coordenadoria de Gestão de Riscos e pelos Gestores de Riscos Descentralizados.

Comitê de Riscos

Composto pelo Presidente e Diretores, Gerentes da Coordenadoria Executiva da Presidência e do Departamento de Auditoria Interna. É competência do Comitê de Riscos definir as diretrizes e estratégias para a gestão de riscos e avaliação dos controles, para o acompanhamento dos planos de ação apresentados pelos gestores da Companhia, assim como direcionar as atividades realizadas pela Coordenadoria de Gestão de Riscos.

Coordenadoria de Gestão de Riscos

Tem a responsabilidade de acompanhar as ações dos Gestores de Riscos Descentralizados na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos e comunicação periódica ao Comitê de Riscos. Deve ainda, orientar os gestores da Companhia quanto à metodologia de auto avaliação de controle, visando garantir a eficiência dos controles que mitigam os riscos mapeados, e assessorar a Presidência, o Comitê de Riscos e demais *stakeholders* em assuntos relacionados à gestão de riscos e controles.

Gestores de Riscos Descentralizados

São representantes indicados pelas Diretorias, designados para auxiliar os Gerentes das diversas áreas da Companhia na identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos inerentes aos objetivos em suas esferas de responsabilidades. Compete ainda a estes gestores posicionarem periodicamente a Coordenadoria de Gestão de Riscos e a sua diretoria de subordinação.

OUVIDORIA

A CESP, integrando-se ao Sistema das Ouvidorias do Governo do Estado de São Paulo, disponibiliza em seu *website* um canal de relacionamento com a finalidade de acolher, esclarecer e responder toda e qualquer manifestação de interesse do cidadão sobre a Companhia. Atua como instância final na sua defesa, inclusive provocando ações de transformação interna visando a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Companhia. Em 2015, a Ouvidoria da CESP registrou 110 manifestações. Entre os principais temas destacaram-se as orientações e esclarecimentos de dúvidas relativas a assuntos de recursos humanos, patrimônio e meio ambiente, bem como reclamações referentes às empresas de distribuição de energia elétrica, o que não faz parte do negócio da CESP.

Serviço de Informações ao Cidadão

Atendendo a dispositivo do Governo do Estado de São Paulo, a CESP se integrou ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) por meio do qual a Empresa dá acesso a informações solicitadas por cidadãos e entidades, reforçando boas práticas de governança e transparência. O acesso ao sistema é feito por meio do site www.sic.sp.gov.br.

IX. MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia não necessitou recorrer ao mercado de capitais no ano de 2015.

O Exigível Total apresentou redução de 22,8%, passando de R\$ 6.058,8 milhões em 2014 para R\$ 4.675,8 milhões em 2015. A redução mais relevante se deu pela quitação, em janeiro de 2015, do Bônus da Série 8, última do Programa de "Medium Term Notes", no montante de R\$ 990,4 milhões.

As disponibilidades da Companhia ao final do exercício de 2015 atingiram R\$ 548,6 milhões, uma redução de 77,4% se comparado ao exercício de 2014.

A Standard & Poor's em dezembro de 2015 rebaixou o *rating* da CESP de 'BBB-' para 'BB+' na escala global e de 'brAAA' para 'brAA+' na Escala Nacional Brasil, com perspectiva negativa, espelhando os movimentos similares realizados nos *ratings* do governo soberano do Brasil e do Estado de São Paulo.

No mesmo sentido, a Moody's Investors Service em fevereiro de 2016 rebaixou o *rating* de crédito da CESP de Baa3 para Ba2 com perspectiva negativa, em função do rebaixamento do *rating* do Brasil e Estado de São Paulo de Baa3 para Ba2, ambos com perspectiva negativa.

AÇÕES DA CESP NA BM&FBOVESPA

O ano de 2015 foi de baixo desempenho econômico na economia brasileira e as ações da CESP apresentaram desvalorização.

As ações Preferenciais Classe B (CESP6), que representam 64,4% do capital total da Companhia e que são as mais negociadas, tiveram uma desvalorização de 31,9% no ano de 2015, com cotação ao final do exercício de R\$13,40. O volume negociado de CESP6 em 2015 atingiu a média diária de R\$ 25,2 milhões e 4.220 negócios. As ações Ordinárias (CESP3), que representam 33,3% do capital, encerraram o ano com desvalorização de 32,8%, cotadas a R\$ 10,20. As Preferenciais Classe A (CESP5), que representam 2,3% do capital, apresentaram queda de 29,2% e foram negociadas no último pregão do ano a R\$ 13,00. Todas as variações estão considerando dividendos no valor de R\$ 4,85 por ação, referentes ao exercício de 2015, tendo em vista o montante de R\$ 1.580 milhões que a Companhia pagou em 2015. Adicionalmente, já havia sido pago em 2014, o valor de R\$ 193 milhões a título de Juros sobre o Capital Próprio.

O IEE (Índice de Energia Elétrica) encerrou o ano de 2015 com desvalorização de 8,7% e o IBOVESPA apresentou desvalorização de 13,3%.

X. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Com a implantação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico em 2015, a Companhia efetuou alterações na apresentação da demonstração de resultado, da seguinte forma: i) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos foram reclassificadas de Despesa Operacional para Dedução à Receita Operacional; e ii) As Provisões para Riscos Legais, com exceção da Provisão sobre Ações de Desapropriações – empresas cindidas – foram reclassificadas de Outras (Despesas) Receitas Líquidas para Provisões Operacionais.

Em decorrência do término da concessão das usinas Ilha Solteira e Jupia em 07 de julho de 2015, a Companhia passou a registrar, temporariamente, dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como geradora, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como operadora, decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente às usinas Ilha Solteira e Jupia, a partir de 08 de julho de 2015. A CESP terá a receita pelo Regime de Cotas até 30 de junho de 2016, período da denominada "operação assistida", quando o novo concessionário deverá assumir a operação.



Em 2015 a Companhia continuou sendo impactada negativamente pela deterioração da situação hídrica do país, que levou o GSF (*Generation Scaling Factor*) a uma média anual de 0,843. Tal fato reduziu a garantia física de todos os geradores hidráulicos do país. No caso da CESP, significou expressiva redução nos volumes de energia descontratada liquidados na CCEE, situação acentuada pela decisão da ANEEL de reduzir o teto do PLD a partir de janeiro de 2015.

Nestes termos, as receitas operacionais de 2015 alcançaram R\$ 3.526,1 milhões, com redução de 35,7% em relação a 2014, resultado decorrente, principalmente, do término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, dos efeitos do GSF e do término de contratos nos mercados livre e regulado (Notas 24.2 e 24.3).

As deduções à receita operacional totalizaram R\$ 575,1 milhões, redução de 26,4% em relação a 2014, resultando na Receita Operacional Líquida de R\$ 2.951 milhões, com decréscimo de 37,2% sobre 2014.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.420,6 milhões, aumento de 25,7%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação (Nota 25).

O Custo com Energia Elétrica cresceu, principalmente, devido à rubrica Energia Elétrica Comprada para Revenda, decorrente da celebração de contratos para o equilíbrio do balanço energético do exercício após o término das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia e aumento em Encargos do Sistema de Transmissão pelo reajuste das tarifas em 2015.

O Custo com Operação reduziu-se em 20,8%, principalmente em decorrência da diminuição da despesa com depreciação pelo término da exploração econômica das usinas Ilha Solteira e Jupia. A Companhia calculou a depreciação dessas usinas até junho de 2015 e transferiu o valor residual contábil do Ativo Imobilizado para a conta de Ativo Disponível para Reversão (Nota 31). Houve, ainda, aumento nas rubricas Serviços de Terceiros e provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria – PIA.

A CESP registrou Lucro Operacional Bruto de R\$ 1.530,4 milhões no exercício de 2015, representando redução de 57,1% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Gerais e Administrativas aumentaram 2,2% e as Outras Despesas Operacionais reduziram 61,4% pelo menor registro em provisões para riscos legais de natureza trabalhista e ambiental, em contraposição ao aumento em provisão de ações cíveis.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas incluem, principalmente, a Provisão Ativo Contingente referente às Usinas Ilha Solteira e Jupia no valor de R\$ 580,8 milhões (Nota 31.2), de modo que o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro totalizou R\$ 449,5 milhões, 55,7% abaixo do resultado de 2014 (Nota 25.2).

O EBITDA Ajustado pela provisão Ativo Contingente referente as UHEs Ilha Solteira e Jupia e provisões para riscos legais, totalizou R\$ 1.739,6 milhões, representando redução de 56,7% quando comparado ao exercício anterior.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 358,7 milhões negativos (aumento de 171,2%, Nota 26). As Receitas Financeiras tiveram redução de 36,3% e alcançaram R\$ 165 milhões, pela diminuição das disponibilidades aplicadas e consequente reflexo nos rendimentos de aplicações financeiras e pela atualização sobre compra de moeda estrangeira registrada em 2014. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 16,2%, totalizando R\$ 153,1 milhões. As Variações Monetárias líquidas refletiram a redução do endividamento em moeda nacional e encerraram o exercício em R\$ 60,1 milhões (decréscimo de 52,3%). As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 310,5 milhões, decorrentes da desvalorização de 47% do Real frente ao Dólar norte-americano.

A Companhia registrou Lucro antes dos Impostos de R\$ 90,8 milhões. Após a apropriação das despesas com Imposto de Renda, e com a Contribuição Social sobre o lucro fiscal tributável e a reversão de impostos diferidos, a Companhia encerrou o exercício de 2015 com Prejuízo de R\$ 61,4 milhões.

A Nota Explicativa 23.6 contempla a proposta da Administração, demonstrada a partir do prejuízo do exercício de R\$ 61,4 milhões, somadas às movimentações decorrentes das realizações da Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 28 milhões e do ajuste de avaliação patrimonial sobre a depreciação no valor de R\$ 74,7 milhões. Está sendo proposta a distribuição de resultados de R\$ 41,3 milhões, que corresponde a 100% do lucro ajustado do exercício.

XI. Indicadores Econômico-Financeiros

Referências	2015	2014	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	164,93	189,25	-12,8%
Margem Operacional (%).....	36,7%	58,7%	-37,4%
Varição do Dólar (%).....	47,0%	13,4%	+ 33,6 pp
Liquidez/Endividamento/VPA	31.12.2015	31.12.2014	Var.
Endividamento do Ativo.....	0,39	0,41	-5,4%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,64	0,70	-8,9%
Liquidez Corrente.....	1,02	1,34	-23,5%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	22,32	26,35	-15,3%

Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	2015	2014	Var.
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício	(61.357)	560.139	-111,0%
Imposto de renda e Contribuição social.....	152.165	322.391	-52,8%
Resultado financeiro.....	358.693	132.284	171,2%
= EBIT / LAJIR	449.501	1.014.814	-55,7%
Depreciação.....	460.380	642.499	-28,3%
= EBITDA / LAJIDA	909.881	1.657.313	-45,1%
Provisão ativo contingente	580.798	-	nm
Provisão para redução ao valor recuperável.....	-	1.997.296	nm
Provisão para riscos legais.....	248.885	362.678	-31,4%
= EBITDA / LAJIDA AJUSTADO	1.739.564	4.017.287	-56,7%

XII. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a CESP esclarece que a empresa Ernst & Young Auditores Independentes, no exercício de 2015, prestou a esta Companhia, exclusivamente, serviços de auditoria.

A Administração da CESP entende e declara que esses serviços foram prestados com pleno atendimento às normas de independência que regem os trabalhos de auditoria.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL
Posição Financeira em 31 de Dezembro
(Valores em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	548.553	2.427.852
Valores a receber.....	6	339.567	399.033
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		4.236	4.473
Almoxarifado.....		28.467	34.788
Outros créditos.....	8	76.626	76.245
Despesas pagas antecipadamente.....	9	25.166	6.194
		<u>1.022.615</u>	<u>2.948.585</u>
NÃO CIRCULANTE			
Cauções e depósitos vinculados.....	10	788.857	773.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11	869.431	734.686
Outros créditos.....	8	3.204	4.730
Despesas pagas antecipadamente.....	9	52.575	4.807
Ativo intangível.....	12	40.544	9.355
Ativo disponível para reversão.....	31	6.337.256	3.529.080
Provisão ativo disponível para reversão.....	31	(4.387.826)	(1.811.718)
Imobilizado.....	13	7.260.107	8.494.806
		<u>10.964.148</u>	<u>11.739.301</u>
TOTAL DO ATIVO.....		<u>11.986.763</u>	<u>14.687.886</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL
Posição Financeira em 31 de Dezembro
(Valores em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2015	2014
CIRCULANTE			
Fornecedores.....		13.925	16.853
Empréstimos e financiamentos.....	14	206.736	1.149.797
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	15	237.618	290.626
Tributos e contribuições sociais.....	17	56.586	50.030
Encargos setoriais.....	19	393.642	240.568
Dividendos e juros sobre capital próprio.....		42.463	405.385
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....		31.242	30.194
Outras obrigações.....	21.2	16.012	18.979
		<u>998.224</u>	<u>2.202.432</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos.....	14	675.973	605.267
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC.....	15	71.704	268.716
Entidade de previdência a empregados.....	18	-	131.891
Encargos setoriais.....	19	20.658	70.969
Provisão para riscos legais.....	20	2.790.081	2.660.866
Obrigações socioambientais.....	21.1	103.750	101.192
Outras obrigações.....	21.2	15.481	17.476
		<u>3.677.647</u>	<u>3.856.377</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social.....	23.1	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital.....	23.3	1.929.098	1.929.098
Ajustes de avaliação patrimonial.....	23.4	(1.044.780)	(970.052)
Outros resultados abrangentes.....		(177.642)	(137.792)
Reservas de lucros.....	23.5	628.783	656.738
Dividendos adicionais propostos.....		-	1.175.652
		<u>7.310.892</u>	<u>8.629.077</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>11.986.763</u>	<u>14.687.886</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	24.3	<u>2.950.982</u>	<u>4.699.251</u>
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica.....	25	(824.669)	(377.295)
Custo com operação.....	25	(595.938)	(752.914)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		<u>1.530.375</u>	<u>3.569.042</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas.....	25	(214.657)	(210.127)
Outras despesas operacionais.....	25	(232.305)	(602.021)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	25	(633.912)	(1.742.080)
		<u>(1.080.874)</u>	<u>(2.554.228)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		<u>449.501</u>	<u>1.014.814</u>
Receitas financeiras.....	26	165.008	259.014
Despesas financeiras.....	26	(523.701)	(391.298)
RESULTADO FINANCEIRO.....	26	<u>(358.693)</u>	<u>(132.284)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		<u>90.808</u>	<u>882.530</u>
Imposto de renda - corrente.....	27	(206.325)	(553.966)
Contribuição social - corrente.....	27	(80.585)	(205.537)
Imposto de renda diferido (ativo).....	11 e 27	(8.723)	(284.853)
Contribuição social diferida (ativo).....	11 e 27	(2.450)	(103.146)
Imposto de renda diferido (passivo).....	11 e 27	107.293	606.699
Contribuição social diferida (passivo).....	11 e 27	38.625	218.412
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....		<u>(152.165)</u>	<u>(322.391)</u>
LUCRO LÍQUIDO / (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>(61.357)</u>	<u>560.139</u>
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por ação.....		(0,19)	1,71

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores em milhares de reais)**

	2015	2014
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício.....	(61.357)	560.139
Ajuste CPC 33/IAS 19 (Nota 18.2.3 (e)).....	(39.850)	(204.371)
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos.....	(101.207)	355.768

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
 (Valores em milhares de reais)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL (Nota 23.3)	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (Nota 23.4)	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS (Nota 23.5)	LUCROS ACUMULADOS	DIVIDENDOS ADICIONAIS	TOTAL
Saldos em 31 de dezembro de 2013.....	5.975.433	1.929.098	531.519	66.579	368.223	-	446.534	9.317.386
Dividendos adicionais distribuídos - AGO de 26 de abril de 2014.....	-	-	-	-	-	-	(446.534)	(446.534)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação).....	-	-	(183.356)	-	-	183.356	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (impairment).....	-	-	(1.318.215)	-	-	1.318.215	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	560.139	-	560.139
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2014.....	-	-	-	(204.371)	-	-	-	(204.371)
Proposta de Destinação:								
Reserva legal.....	-	-	-	-	28.007	(28.007)	-	-
Reserva estatutária.....	-	-	-	-	293.913	(293.913)	-	-
Juros sobre capital próprio já distribuídos (1).....	-	-	-	-	-	(193.000)	-	(193.000)
Realização de reservas de lucros a realizar.....	-	-	-	-	(33.405)	33.405	-	-
Dividendos obrigatórios complementares - Nota 23.6 (2).....	-	-	-	-	-	(404.543)	-	(404.543)
Dividendos adicionais propostos - Nota 23.6 (3).....	-	-	-	-	-	(1.175.652)	1.175.652	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014.....	5.975.433	1.929.098	(970.052)	(137.792)	656.738	-	1.175.652	8.629.077
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação).....	-	-	(74.728)	-	-	74.728	-	-
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	-	-	(61.357)	-	(61.357)
Ajuste CPC 33 (R1) em 31 de dezembro de 2015.....	-	-	-	(39.850)	-	-	-	(39.850)
Proposta de Destinação:								
Realização de reservas de lucros a realizar.....	-	-	-	-	(27.955)	27.955	-	-
Dividendos obrigatórios - Nota 23.6 (4).....	-	-	-	-	-	(41.326)	-	(41.326)
Dividendos adicionais propostos AGO 23/04/2015.....	-	-	-	-	-	-	(1.175.652)	(1.175.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2015.....	5.975.433	1.929.098	(1.044.780)	(177.642)	628.783	-	-	7.310.892

(1) R\$ 0,57 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA
 (3) R\$ 3,58 por ação ON, PNA e PNB

(2) R\$ 1,26 por ação ON e PNB
 (4) R\$ 0,08 por ação ON e PNB e R\$ 1,82 por ação PNA

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores expressos em milhares de reais)

Método Indireto	Nota	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Lucro antes dos impostos sobre a renda		90.808	882.530
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Depreciação.....	12 e 13	460.380	642.499
Juros, variações monetárias e cambiais.....	26	449.115	360.128
Provisão para perda estimada de créditos.....	7	5.321	(21.030)
Provisão para riscos legais.....	20	248.885	362.678
Provisão para compromissos socioambientais.....	21.1	2.558	(8.608)
Provisão ativo contingente.....	31	580.798	-
Provisão para ajuste ao valor recuperável.....	31	-	1.997.296
Repactuação risco hidrológico.....	12	(102.864)	-
Baixa de ativo imobilizado.....	13	617	353
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	18	8.938	3.409
Total de ajustes ao Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social:		1.744.556	4.219.255
Valores a receber.....	6	61.514	107.134
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....		237	35.018
Almoxarifado.....		6.321	176
Despesas pagas antecipadamente.....	9	9.990	201
Cauções e depósitos vinculados.....	10	(14.770)	(163.754)
Outros créditos.....	8	(6.224)	(9.380)
Fornecedores.....		(2.928)	(5.054)
Outros tributos e contribuições sociais.....	17	28.014	(10.507)
Pagamentos a Entidade de previdência a empregados.....	18	(180.679)	(138.804)
Encargos setoriais.....	19	102.763	18.975
Pagamentos de riscos legais.....	20	(89.385)	(53.884)
Pagamentos obrigações socioambientais.....	21.1	-	(12.683)
Obrigações estimadas e folha de pagamento.....		1.048	(2.100)
Outras obrigações.....		(15.579)	20.676
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.644.878	4.005.269
Juros pagos de empréstimos e financiamentos.....	16.1	(106.224)	(136.783)
Imposto de renda e contribuição social pagos.....		(308.368)	(750.616)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.230.286	3.117.870
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:			
Aquisições para o Imobilizado.....	13	(69.221)	(28.336)
Adições ao Intangível.....	12	(5.283)	(4.147)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(74.504)	(32.483)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Empréstimos e financiamentos - amortização.....	16.1	(1.455.181)	(456.330)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos.....		(1.579.900)	(1.040.854)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.035.081)	(1.497.184)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.879.299)	1.588.203
(+) Saldo Inicial.....		2.427.852	839.649
(=) Saldo Final.....		548.553	2.427.852
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(1.879.299)	1.588.203

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de Reais)**

	2015	2014
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas operacionais (Nota 24.3).....	3.526.130	5.480.634
Provisão para perda estimada de créditos.....	(5.321)	21.030
	<u>3.520.809</u>	<u>5.501.664</u>
Menos:		
Insumos		
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema.....	406.822	403.053
Energia comprada.....	485.378	-
Serviços de terceiros.....	100.641	92.378
Materiais.....	11.293	11.935
Outros custos operacionais.....	24.081	8.268
	<u>1.028.215</u>	<u>515.634</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>2.492.594</u>	<u>4.986.030</u>
Retenções		
Depreciação	460.380	642.499
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>2.032.214</u>	<u>4.343.531</u>
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas financeiras	165.008	259.014
Variações cambiais líquidas.....	(310.483)	(82.645)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	(587)	4.935
Imposto de renda e Contribuição social diferidos.....	134.745	437.112
	<u>(11.317)</u>	<u>618.416</u>
OUTRAS		
Provisão para riscos legais.....	(224.376)	(621.950)
Outras (despesas)/receitas líquidas.....	(632.601)	(1.740.766)
	<u>(856.977)</u>	<u>(2.362.716)</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>1.163.920</u>	<u>2.599.231</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal:		
Remuneração do trabalho (Não inclui INSS).....	156.949	155.726
Remuneração de administradores.....	2.846	2.238
Entidade de previdência a empregados - contribuição ao plano.....	8.351	8.344
	<u>168.146</u>	<u>166.308</u>
Financiadores e aluguéis:		
Juros e encargos de dívidas.....	153.114	182.661
Variações monetárias.....	60.104	125.992
Aluguéis.....	6.105	7.547
	<u>219.323</u>	<u>316.200</u>
Intrasetoriais - Encargos regulamentares:		
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	138.509	157.143
Reserva Global de Reversão - RGR	84.783	146.172
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	29.434	48.474
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE.....	16.724	16.699
	<u>269.450</u>	<u>368.488</u>
Tributos e contribuições sociais:		
Federal.....	568.064	1.187.858
Municipal.....	294	238
	<u>568.358</u>	<u>1.188.096</u>
Acionistas:		
Lucro líquido / (Prejuízo) do exercício.....	(61.357)	560.139
TOTAL.....	<u>1.163.920</u>	<u>2.599.231</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A Companhia, atualmente, possui três usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço e está com 1.654,6 MW de capacidade instalada e 1.081 MW médios de garantia física de energia (Nota 13.2). A concessão da UHE Três Irmãos (807,5 MW) foi objeto de leilão realizado em 28 de março de 2014, sendo a usina transferida para o novo controlador em 10 de outubro de 2014 (Nota 31). Em decorrência do término da concessão das Usinas Ilha Solteira e Jupia em 07 de julho de 2015, toda a garantia física dessas usinas foi alocada ao Regime de Cotas, e a CESP foi designada pelo Ministério das Minas e Energia – MME como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica de ambas as usinas até a assunção dos concessionários vencedores da licitação ocorrida em 25 de novembro de 2015.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo ONS, podendo ser visualizada no quadro de produção bruta, abaixo (informações quantitativas não revisadas pelos auditores independentes):

Usinas	Produção Bruta em MWh									
	2015					2014				
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Acumulado	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	Acumulado
Ilha Solteira (a)	2.837.185	2.339.116	140.692	-	5.316.993	4.116.337	3.038.384	2.446.755	2.380.823	11.982.299
Três Irmãos	-	-	-	-	-	505.252	268.247	208.681	-	982.180
Jupia (a)	1.960.104	1.617.804	103.862	-	3.681.770	2.281.266	1.784.879	1.542.504	1.638.622	7.247.271
Porto Primavera	2.306.560	1.949.270	1.608.565	2.145.296	8.009.691	2.573.096	2.051.944	1.818.203	2.001.353	8.444.596
Paraibuna	31.422	38.244	53.171	27.140	149.977	123.881	122.043	91.199	65.529	402.652
Jaguari	4.557	2.159	17.563	19.883	44.162	26.572	8.725	26.756	26.834	88.887
Total (b)	7.139.828	5.946.593	1.923.853	2.192.319	17.202.593	9.626.404	7.274.222	6.134.098	6.113.161	29.147.885

(a) A produção das UHE's Ilha Solteira e Jupia foi computada até 07.07.2015.

(b) A diminuição da produção, comandada pelo ONS, reflete a situação dos níveis dos reservatórios do país, inclusive os da região sudeste/centro-oeste, afetados pela hidrologia desfavorável que se tem verificado desde 2012.

Da Receita Operacional Bruta da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cerca de 51% (48% em 2014) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 29% (20% em 2014) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 20% (32% em 2014) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, suprimento de energia pelo regime de cotas e outras receitas (Nota 24.2).

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo quatro leilões de venda de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de venda de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 808 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$/M Wh)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
Produto 2014 12M	2014	400,0	191,60	jan/14	191,42
Produto 2014 18M	2014 a 2015	98,0	165,20	jan/14	98,00
		808,0			

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões são atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras (Nota 24.1).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida na Lei nº 12.783/2013), tratou das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas Ilha Solteira e Jupia, as quais venceram em 07 de Julho de 2015. O mesmo tratamento foi dado para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro termo de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

As condições estabelecidas se referiam a novas receitas a serem auferidas pela Companhia para operação dessas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu também que as usinas cujas renovações antecipadas não fossem aceitas seriam licitadas ao término das concessões.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da Companhia decidiram pela não renovação antecipada das concessões. Com essa decisão, a CESP continuou a operar normalmente as Usinas Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão, em 7 de julho de 2015. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide Nota 31.

Em 15 de maio de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 218, retificada pela Portaria nº 300, de 24 de junho de 2015, determinando que o leilão para escolha do novo operador das UHEs Ilha Solteira e Jupia deveria ser realizado em setembro de 2015. Esse leilão foi postergado, tendo sido realizado em 25 de novembro de 2015.

Em 11 de junho de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 256, designando a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia, a partir de 8 de julho de 2015, até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas, sendo remunerada pelo Regime de Cotas.

Em 18 de agosto de 2015, com a edição da Medida Provisória nº 688, convertida na Lei 13.203/2015, foi introduzido o pagamento de bonificação pela outorga da renovação das concessões de energia elétrica a partir do leilão realizado em 25 de novembro de 2015.

As usinas Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e estão sendo operadas normalmente pela CESP.



1.4 Risco Hidrológico

As usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, a oeste do Estado de São Paulo. A usina de Ilha Solteira opera com reservatório de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da usina de Jupia.

As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à sua jusante.

A região é tropical, de elevados índices históricos de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente deve atuar objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente regionais e de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 12,32 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 2.002, de 15 de dezembro de 2015, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2016). Durante 2015 vigorou a TEO de R\$ 11,25 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1.840, de 9 de dezembro de 2014).

Com a passagem das usinas hidrelétricas Ilha Solteira e Jupia para o regime de cotas a partir de 8 de julho de 2015, o risco hidrológico associado a estas usinas passou a ser de responsabilidade das empresas de distribuição que adquirem cotas de energia daquelas usinas.

Detalhes sobre os impactos contábeis da Companhia decorrentes do risco hidrológico em 2015 e as condições de repactuação do GSF podem ser obtidos na Nota nº 12 – Intangível.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 22 de março de 2016.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

2.1 Base de elaboração

Todos os valores apresentados nestas Demonstrações Financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os dados não financeiros, tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente não foram auditados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua e são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data da demonstração. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

2.3 Alterações na apresentação

Com a implantação, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico em 2015, a Companhia efetuou algumas alterações na apresentação da demonstração de resultado, reclassificando as seguintes contas

- Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos foram reclassificadas de “Despesas operacionais” para “Deduções à Receita Operacional”;
- As Provisões para Riscos Legais, com exceção da Provisão sobre Ações de Desapropriações – empresas cindidas foram reclassificadas de “Outras (Despesas) Receitas Líquidas” para “Provisões Operacionais”.

	Exercício encerrado em 2014		
	Originalmente divulgado	Ajustes	Reclassificado
RECEITAS OPERACIONAIS (*)	5.463.564	17.070	5.480.634
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(146.172)	-	(146.172)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(48.474)	-	(48.474)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(238)	-	(238)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(339.066)	-	(339.066)
PIS s/ receitas operacionais.....	(73.591)	-	(73.591)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	-	(157.143)	(157.143)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE.....	-	(16.699)	(16.699)
	<u>(607.541)</u>	<u>(173.842)</u>	<u>(781.383)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	4.856.023	(156.772)	4.699.251
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal.....	(183.774)	-	(183.774)
Programa de incentivo a aposentadoria.....	(6.294)	-	(6.294)
Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano.....	(8.344)	-	(8.344)
Entidade de Previdência Empregados - CPC 33/IAS 19.....	4.935	-	4.935
Material.....	(11.935)	-	(11.935)
Serviços de terceiros.....	(92.378)	-	(92.378)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(157.143)	157.143	-
Energia comprada e Encargos setoriais.....	(385.983)	(17.070)	(403.053)
Taxas do setor elétrico.....	(20.068)	20.068	-
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede / energia.....	25.758	-	25.758
Depreciação	(641.185)	-	(641.185)
Provisão para perda estimada de créditos.....	21.030	-	21.030
Provisões operacionais	(224.773)	(397.177)	(621.950)
Outras despesas	(21.798)	(3.369)	(25.167)
	<u>(1.701.952)</u>	<u>(240.405)</u>	<u>(1.942.357)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO	3.154.071	(397.177)	2.756.894
Outras (Despesas) / Receitas Líquidas.....	(2.139.257)	397.177	(1.742.080)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....	1.014.814	-	1.014.814
RESULTADO FINANCEIRO	(132.284)	-	(132.284)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	882.530	-	882.530
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(322.391)	-	(322.391)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	560.139	-	560.139
Lucro básico e diluído por ação.....	1,71	-	1,71

(*) Ajuste realizado na Energia de curto prazo (MRE negativo) que foi reclassificado para despesa (Notas 24.2 e 24.3)

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “empréstimos e recebíveis”.

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria:

- a. Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)
- b. Cauções e depósitos vinculados (Nota 10)

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um exercício menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um exercício subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Tributação

3.4.1 Tributação sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições às alíquotas básicas:

- Contribuição para o Financiamento Social – COFINS, alíquota de 7,60% (Regime Cumulativo), exceção às Receitas de Venda de Energia no Curto Prazo (CCEE) cuja alíquota é de 3% (Regime Cumulativo).
- Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, alíquota de 1,65% (Regime Não Cumulativo), exceção às Receitas de Venda de Energia no Curto Prazo (CCEE) cuja alíquota é de 0,65% (Regime Cumulativo).
- No cálculo do PIS/COFINS Regime Não Cumulativo, há a possibilidade de utilização de créditos, e estes são demonstrados como redutores do custo das vendas na demonstração do resultado do exercício.

As vendas são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos contribuições (receita operacional líquida).

3.4.2 Tributação sobre o lucro

Impostos correntes

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro é calculada às alíquotas de 25% e 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação



tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias nas datas dos balanços entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente nas datas dos balanços, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, nas datas dos balanços, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Imposto sobre a renda corrente e diferido

São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando está relacionado a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que o imposto também é reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido

Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.5 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.6 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos depreciação/amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Gastos são refletidos na demonstração do resultado no exercício em que foram incorridos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo que no caso da CESP existe somente ativo intangível de vida útil definida.

3.7 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.



Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em “Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos” na demonstração do resultado.

3.8 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina (Unidade Geradora de Caixa – UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, apenas para fins contábeis, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciado até a data do vencimento da concessão.

3.9 Ativo Contingente

O CPC 25/IAS 37 define Ativo contingente como sendo um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Companhia.

Dada a divergência existente entre o Poder Concedente e a Administração da Companhia em relação ao valor de indenização relativa às UHEs Três Irmãos, Ilha Solteira e Jupiaá, a Companhia entende que o seu direito em receber o montante de acordo com os seus cálculos está sendo exercido por medidas judiciais. Dessa forma, dada a existência de um ativo contingente e, em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, em 2013 e 2015 a Companhia constituiu provisão para ativo contingente ajustando o valor registrado das respectivas UHEs (Nota 31), sem prejuízo de continuar a discutir os seus direitos judicialmente.

3.10 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva,

custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 14)
- b. Encargos de dívidas (Nota 14)
- c. FIDC's (Nota 15)

3.11 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina assistência médica e planos de aposentadoria aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD), administrados pela Fundação CESP. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

3.12 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.13 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa (Nota 20).

3.14 Obrigações e provisões para compromissos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e os montantes estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.15 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos são considerados: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.18 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.18.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirir energia dos distribuidores locais, e com os quais a Companhia mantém contratos de fornecimento.

3.18.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente através de contratos de fornecimento de médio e longo prazo.

3.18.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados.

3.18.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre as quantidades de energia produzida, consumida e contratada. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia, suficiente para cobrir os custos variáveis.

3.18.5 Regime de cotas

A Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e UHE Jupia, a partir de 8 de julho de 2015. Desde então, a Companhia passou a auferir receitas através do regime de cotas, definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924, de 28 de julho de 2015.

3.19 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.20 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações intermediárias, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda estimada de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.22 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no exercício em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, com base em estudos atuariais elaborados anualmente, sendo que o último estudo foi realizado em 31 de dezembro de 2015, e adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade. Entre o último estudo atuarial elaborado, na data base 31 de dezembro de 2015, e a data dessas informações intermediárias, não houve mudanças nas premissas e demais condições do Plano, que ensejassem modificações nos critérios adotados.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES EM INTERPRETAÇÕES JÁ EXISTENTES

A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, mas que não surtiram efeitos significativos nas demonstrações financeiras anuais da Companhia:

Norma	Requerimento
IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IAS 16 e IAS 38 – Métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado	A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço.
IFRS 3 – Combinação de Negócios	A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece as exceções de escopo na IFRS 3, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> • Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 3; • Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras do acordo conjunto em si.



Norma	Requerimento
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo	A alteração se aplica prospectivamente e esclarece as exceções de escopo da IFRS 13, quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> • Acordos conjuntos, e não apenas empreendimentos em conjunto, estão fora do escopo da IFRS 13; • Essa exceção de escopo se aplica somente à contabilização das demonstrações financeiras de acordo conjunto em si.
IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Abaixo são apresentados os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2016.

Norma	Requerimento
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.
IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas	A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS.
IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes	As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.
IFRS 5 – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas	Ativos (ou grupos de alienação) são geralmente alienados por meio da venda ou distribuição a titulares. A alteração esclarece que mudar de um desses métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original.
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (i) Contratos de serviço	A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclua uma taxa pode constituir envolvimento contínuo em um ativo financeiro. Uma entidade deve avaliar a natureza dessa taxa e o acordo em comparação com a orientação para envolvimento contínuo na IFRS 7 a fim de avaliar se as divulgações são exigidas.
IAS 34 – Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras Intermediárias	A alteração esclarece que as divulgações intermediárias exigidas devem ser nas demonstrações financeiras intermediárias ou incorporadas por referência cruzada entre as demonstrações financeiras intermediárias e onde quer que elas sejam incluídas no relatório financeiro intermediário (por exemplo, no relatório de comentários da gerência ou de risco).
Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação	As alterações abordam questões que têm surgido na aplicação de exceções a entidades de investimento segundo a IFRS 10: <ul style="list-style-type: none"> • As alterações na IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. • Além disso, as alterações na IFRS 10 esclarecem que somente uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimento e que preste serviços de suporte para a entidade de investimento é consolidada. Todas as demais subsidiárias de uma entidade de investimento são mensuradas a valor justo. • As alterações na IAS 28 permitem que o investidor, ao aplicar o método patrimonial, retenha a mensuração a valor justo aplicada pela entidade de investimento associada ou joint venture às suas participações em subsidiárias.
Alterações à IFRS 11 – Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias	As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios.
Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alterações à IAS 16 e a IAS 41 – Agricultura: Plantas Frutíferas	Ativos biológicos que atendem à definição de plantas frutíferas não constarão mais no escopo da IAS 41, sendo aplicada, em vez disso, a IAS 16. As alterações também exigem que o produto de plantas frutíferas continue no escopo da IAS 41 mensurado a valor justo menos custos de venda.
Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas	As alterações permitirão que as entidades utilizem o método de equivalência patrimonial ao contabilizarem investimentos em controladas, joint ventures e coligadas em demonstrações financeiras separadas.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos das normas acima emitidas e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas suas demonstrações financeiras

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB’s, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2014) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	Tipo de Aplicação	2015	2014
Caixa			
	Depósitos bancários à vista.....	3.558	5.796
Aplicações Financeiras			
	Banco do Brasil S.A. - SIAFEM.. Fundo	533.806	1.955.783
	Banco Safra S.A. (*)..... US\$	-	463.113
	Outras instituições..... CDB / CDI	11.189	3.160
		544.995	2.422.056
		548.553	2.427.852

(*) Referia-se à aquisição de US\$ 174.352 mil efetuada em agosto de 2014, e utilizada para pagamento do empréstimo Bônus Série 8 em 15 de janeiro de 2015.

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	2015			2014	
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	(-) Provisão (Nota 7)	Total	Total
Consumidores					
Industrial.....	93.240	4.172	(4.172)	93.240	79.178
Serviços públicos.....	-	-	-	-	4.459
	93.240	4.172	(4.172)	93.240	83.637
Revendedores					
Agentes comercializadores.....	53.594	-	-	53.594	89.295
Leilões de energia.....	74.168	4.096	(4.096)	74.168	153.957
Suprimento - quotas.....	57.698	-	-	57.698	2
	185.460	4.096	(4.096)	185.460	243.254
Energia Livre / CCEE					
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2).....	-	13.712	(13.712)	-	-
CCEE.....	60.867	-	-	60.867	72.142
	60.867	13.712	(13.712)	60.867	72.142
Total.....	339.567	21.980	(21.980)	339.567	399.033

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 31 de dezembro de 2015, os dez principais clientes representam 57% do total da carteira (39% em 31.12.2014).

6.2 Energia Livre – Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31.12.2014) e encontra-se em discussão judicial (Nota 7).

6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE *versus* o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia comercializou o montante de R\$ 365.695 (R\$ 1.669.933 em 31.12.2014) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.2).

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2014	(Adições) / Baixas	31.12.2015
Consumidores (nota 6).....	(4.172)	76	(4.096)
Leilões de energia (nota 6).....	(6.144)	1.972	(4.172)
Energia Livre (RTE) (Nota 6.2).....	(13.712)	-	(13.712)
Outros Créditos (Nota 8).....	(13.858)	(7.369)	(21.227)
	(37.886)	(5.321)	(43.207)

8 OUTROS CRÉDITOS

	2015	2014
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.820	7.398
Créditos diversos (*)	25.767	17.394
(-) Provisão para perda estimada de créditos (Nota 7).....	(20.985)	(13.858)
FIDC - conta vinculada.....	9.692	22.066
Ordens de projetos - P & D.....	59.411	41.290
Outros.....	1.163	1.955
(-) Provisão para perda estimada de créditos (Nota 7).....	(242)	-
	76.626	76.245
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.843	3.127
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Outros.....	-	242
	3.204	4.730
Total.....	79.830	80.975

(*) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 20.985 (R\$ 13.858 em 31.12.2014 – Nota 7).

9 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Seguros.....	1.011	6.194
Repactuação risco hidrológico (Nota 12)		
Contrato 230 MWm (a)	15.021	-
Contrato 120 MWm (b)	9.134	-
	<u>24.155</u>	
	<u>25.166</u>	<u>6.194</u>
Não Circulante		
Seguros.....	-	4.807
Repactuação risco hidrológico (Nota 12)		
Contrato 230 MWm (a)	52.575	-
	<u>52.575</u>	<u>4.807</u>
Total.....	<u>77.741</u>	<u>11.001</u>

- (a) Prêmio da repactuação do risco hidrológico que será transferido, mensalmente, para o resultado a partir de janeiro de 2016 até junho de 2020;
- (b) Prêmio da repactuação do risco hidrológico que será transferido, mensalmente, para o resultado a partir de janeiro de 2016 até dezembro de 2016;

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (a)		
Ações cíveis.....	161.085	164.528
Ações trabalhistas - recursais	73.870	53.620
Ações tributárias.....	17.295	16.271
Ações ambientais.....	441.991	454.943
Outros depósitos judiciais.....	2.137	2.180
	<u>696.378</u>	<u>691.542</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (b)	916	816
Quotas subordinadas - FIDC (c) (Nota 15.1).....	91.563	81.197
	<u>92.479</u>	<u>82.013</u>
Total.....	<u>788.857</u>	<u>773.555</u>

- (a) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 696.378 (R\$ 691.542 em 31.12.2014; Nota 20);
- (b) Crédito caucionado referente a garantia financeira, junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;
- (c) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC IV – 72 quotas (Nota 15.1), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 3.299.912, sendo: R\$ 2.465.681 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 613.891, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.437.189, ajuste do imobilizado – custo atribuído de R\$ 395.750) e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de R\$ 18.851; e de contribuição social de R\$ 834.231 (formado por base negativa de R\$ 167.588, diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 517.388, ajuste do imobilizado – custo atribuído de R\$ 142.469 e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos de R\$ 6.786).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2015, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia para os próximos 10 anos, as quais são revisadas anualmente, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão, limitado a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (Produto 2009; Produto 2009 Hidro e Produto 2010 Hidro; Nota 1.2); contratos de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2024; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. Os estudos e projeções que suportam o registro do imposto de renda e contribuição social ativos em 31 de dezembro de 2015 foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião datada de 22 de março de 2016.

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO ATIVO	
	2015	2014
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados (a)	218.670	227.393
Prejuízos fiscais (não registrados).....	395.221	479.666
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.437.189	1.251.018
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	395.750	367.443
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b)	18.851	(60.135)
	<u>2.465.681</u>	<u>2.265.385</u>
Contribuição social		
Base negativa registrada (a)	86.905	89.355
Base negativa (não registrada).....	80.683	112.770
Diferenças intertemporais (não registradas).....	517.388	450.367
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	142.469	132.280
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b)	6.786	(21.650)
	<u>834.231</u>	<u>763.122</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados	<u>(2.430.481)</u>	<u>(2.293.821)</u>
	<u>869.431</u>	<u>734.686</u>

(a) Até 31 de dezembro de 2015, foi realizado o valor de R\$ 127.705, sendo compensado com impostos correntes; e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 93.168, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 34.537 de base negativa, em contraposição ao complemento do valor de créditos fiscais diferidos a crédito de resultado no montante de R\$ 116.532, sendo R\$ 84.445 referentes ao imposto de renda e R\$ 32.087 à contribuição social.

(b) A realização do passivo diferido, ocorrida durante o trimestre, refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 38.496 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 107.422.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados.

O imposto de renda de R\$ 218.670 e a contribuição social de R\$ 86.905 diferidos, totalizando R\$ 305.575, deverão ser realizados num prazo de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2016	2017	2018	2019	2020	2021 a 2023	2024 e 2025	
Parcela Estimada de Realização	31.561	18.517	25.581	31.828	33.718	103.744	60.626	305.575

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

12 INTANGÍVEL

Em 18 de agosto de 2015 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 688, que dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, instituiu a bonificação pela outorga e alterou outras leis setoriais. Em linhas gerais, o acordo de repactuação previa a participação apenas dos geradores participantes do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia (voluntário) e distribuidoras (compulsório) e envolvia parcelas da garantia física de energia do agente gerador, referentes aos montantes dos contratos do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e do Ambiente de Contratação Livre – ACL.

A repactuação pelos geradores dependeu da anuência da ANEEL, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2015 e, em contrapartida, contemplou um prêmio de risco arcado pelos geradores e, como cláusula de eficácia, que cada agente abdicasse, individualmente, das ações judiciais referentes ao risco hidrológico.

A referida MP foi convertida na Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e o detalhamento regulatório dos procedimentos da repactuação ocorreu através da Resolução Normativa nº 684 de 11 de dezembro de 2015, que motivaram diversos estudos internos e debates nas associações setoriais e institucionais, principalmente durante a Audiência Pública da ANEEL.

A CESP decidiu e protocolou junto à ANEEL no dia 15 de janeiro de 2016, o requerimento de adesão à repactuação do Risco Hidrológico no ACR. Em relação ao Ambiente de Contratação Livre, a decisão foi pela não adesão, causada pela não atratividade confirmada, inclusive, pelos demais agentes, uma vez que não houve adesão no ACL.

Assim, devido aos critérios de elegibilidade definidos pela resolução da ANEEL, foram considerados somente os contratos da UHE Porto Primavera, quais sejam, 1º e 2º Leilão de Energia Nova (“Botox”) e o 4º Leilão de Energia Existente (a se encerrar em 2016), cujos principais aspectos são:

- Transferência da energia secundária e do risco hidrológico (GSF) mediante o pagamento do prêmio de risco de R\$ 9,50/MWh (valor de janeiro/2015);
- No ano de 2016, a CESP estará 100% protegida do GSF referente aos 350 MW médios contratados;
- No período de 2017 até 2028, quando termina a concessão da usina, a proteção será de 100% sobre os 230 MW médios referentes ao contrato “Botox”;
- O impacto do deslocamento hidrológico no ano de 2015, referente a esses contratos ACR foi de R\$ 161 milhões e conforme critério da ANEEL, o ressarcimento foi de R\$ 103 milhões da seguinte forma:
 - Contrato “Botox”: postergação do pagamento do prêmio de risco por 4 anos e 6 meses (pagamento a partir de julho/2020);
 - Contrato de Energia Existente: postergação do pagamento do prêmio de risco por 1 ano e extensão do prazo de outorga da UHE Porto Primavera por 53 dias. Nesse período, a garantia física da usina será contratada no ambiente regulado e sem risco de GSF.

No dia 26 de janeiro de 2016 foi publicado no Diário Oficial da União, o Despacho ANEEL nº 190, de 25 de janeiro de 2016, anuindo a repactuação requerida pela CESP.

Considerando que as condições para a cobertura do risco hidrológico foram aceitas, a Companhia entregou no dia 29 de janeiro de 2016 na ANEEL, o Termo de Repactuação assinado e o protocolo do requerimento de desistência da ação judicial.

Os impactos contábeis foram refletidos em 2015, conforme quadro abaixo:

Repactuação risco hidrológico	2015		
	Despesas Pagas Antecipadamente (Nota 9)	Intangível	Redução Compra Energia CCEE (Nota 25.1)
Circulante			
Contrato 230 MWm.....	15.021	-	(15.021)
Contrato 120 MWm.....	9.134	26.134	(35.268)
	<u>24.155</u>	<u>26.134</u>	<u>(50.289)</u>
Não Circulante			
Contrato 230 MWm.....	52.575	-	(52.575)
	<u>52.575</u>	<u>-</u>	<u>(52.575)</u>
Total.....	<u>76.730</u>	<u>26.134</u>	<u>(102.864)</u>

O saldo do ativo intangível tem a seguinte composição:

	31.12.2015		31.12.2014	
	Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço				
Software e licença de uso.....	1.210	(561)	649	877
Repactuação risco hidrológico (*)..	26.134	-	26.134	-
	<u>27.344</u>	<u>(561)</u>	<u>26.783</u>	<u>877</u>
Em Curso				
Software e licença de uso.....	13.761	-	13.761	8.478
Subtotal	<u>13.761</u>	<u>-</u>	<u>13.761</u>	<u>8.478</u>
Total.....	<u>41.105</u>	<u>(561)</u>	<u>40.544</u>	<u>9.355</u>

(*) A repactuação do risco hidrológico registrada no intangível será amortizada, mensalmente, a partir de janeiro de 2016 até julho de 2028, considerando o acréscimo de 53 dias na outorga da UHE Porto Primavera.

A movimentação dos saldos de ativo intangível está representada por:

	31.12.2014	Adições	Depreciação	Ativações	31.12.2015
Em Serviço					
Software e licença de uso.....	877	-	(228)	-	649
Repactuação risco hidrológico..	-	-	-	26.134	26.134
	<u>877</u>	<u>-</u>	<u>(228)</u>	<u>26.134</u>	<u>26.783</u>
Em Curso					
Software e licença de uso.....	8.478	5.283	-	-	13.761
Repactuação risco hidrológico..	-	26.134	-	(26.134)	-
	<u>8.478</u>	<u>31.417</u>	<u>-</u>	<u>(26.134)</u>	<u>13.761</u>
Total.....	<u>9.355</u>	<u>31.417</u>	<u>(228)</u>	<u>-</u>	<u>40.544</u>
	31.12.2013	Adições	Depreciação	Ativações	31.12.2014
Em Serviço					
Software e licença de uso.....	1.105	-	(228)	-	877
	<u>1.105</u>	<u>-</u>	<u>(228)</u>	<u>-</u>	<u>877</u>
Em Curso					
Software e licença de uso.....	4.331	4.147	-	-	8.478
	<u>4.331</u>	<u>4.147</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.478</u>
Total.....	<u>5.436</u>	<u>4.147</u>	<u>(228)</u>	<u>-</u>	<u>9.355</u>

13 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 13.1 a 13.5 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	31.12.2015			31.12.2014
		Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Terrenos.....		293.555	-	293.555	326.978
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	1,9%	9.238.859	(5.133.060)	4.105.799	4.781.088
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,8%	2.288.635	(1.212.296)	1.076.339	1.139.566
Máquinas e Equipamentos.....	1,0%	2.645.776	(1.249.078)	1.396.698	1.699.088
Veículos.....	2,4%	4.990	(4.228)	762	882
Móveis e Utensílios.....	8,7%	25.605	(23.257)	2.348	3.727
		<u>14.497.420</u>	<u>(7.621.919)</u>	<u>6.875.501</u>	<u>7.951.329</u>
Em Curso					
Terrenos.....		1.895	-	1.895	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		122.727	-	122.727	157.312
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....		41.300	-	41.300	48.312
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		11.743	-	11.743	108.968
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		47.276	-	47.276	119.118
Depósitos Judiciais.....		152.071	-	152.071	100.332
Outros.....		7.594	-	7.594	7.540
		<u>384.606</u>	<u>-</u>	<u>384.606</u>	<u>543.477</u>
Total		<u>14.882.026</u>	<u>(7.621.919)</u>	<u>7.260.107</u>	<u>8.494.806</u>

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedessem ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, variam de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	31.12.2014	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	Ilha Solteira / Jupia (Nota 31)	31.12.2015
Em Serviço							
Terrenos.....	326.978	-	-	5.023	1.718	(40.164)	293.555
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	4.781.088	-	(308.009)	-	(22.867)	(344.413)	4.105.799
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.139.566	-	(73.943)	1.737	22.617	(13.638)	1.076.339
Máquinas e Equipamentos.....	1.699.088	-	(76.685)	102.895	(2.085)	(326.515)	1.396.698
Veículos.....	882	-	(120)	-	-	-	762
Móveis e Utensílios.....	3.727	-	(1.395)	16	-	-	2.348
	<u>7.951.329</u>	<u>-</u>	<u>(460.152)</u>	<u>109.671</u>	<u>(617)</u>	<u>(724.730)</u>	<u>6.875.501</u>
Em Curso							
Terrenos.....	1.895	3.548	-	(5.023)	1.475	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	157.312	645	-	(54)	(30.285)	(4.891)	122.727
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	48.312	530	-	(5.342)	-	(2.200)	41.300
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	108.968	903	-	(49.710)	(98)	(48.320)	11.743
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	119.118	9.439	-	(49.538)	98	(31.841)	47.276
Depósitos Judiciais.....	100.332	53.214	-	-	(1.475)	-	152.071
Outros.....	7.540	942	-	(4)	-	(884)	7.594
	<u>543.477</u>	<u>69.221</u>	<u>-</u>	<u>(109.671)</u>	<u>(30.285)</u>	<u>(88.136)</u>	<u>384.606</u>
Total	<u>8.494.806</u>	<u>69.221</u>	<u>(460.152)</u>	<u>-</u>	<u>(30.902)</u>	<u>(a) (812.866)</u>	<u>7.260.107</u>

(a) Em 07 de julho ocorreu a reversão das UHE's Ilha Solteira e Jupia ao Poder Concedente e o término da exploração econômica dessas usinas pelo regime de preço. A Companhia calculou a depreciação destas usinas até 30 de junho de 2015 e reclassificou o valor residual contábil do ativo imobilizado para a rubrica Ativo Disponível para Reversão (Nota 31).

	31.12.2013	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	Três Irmãos (Nota 31.1)	31.12.2014
Em Serviço							
Terrenos.....	393.653	-	-	3.576	(177)	(70.074)	326.978
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	7.011.011	-	(445.306)	2.781	326	(1.787.724)	4.781.088
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.364.883	-	(114.670)	3.705	(170)	(114.182)	1.139.566
Máquinas e Equipamentos.....	1.747.460	-	(79.888)	57.161	(329)	(25.316)	1.699.088
Veículos.....	740	-	(163)	305	-	-	882
Móveis e Utensílios.....	5.956	-	(2.244)	18	(3)	-	3.727
	<u>10.523.703</u>	<u>-</u>	<u>(642.271)</u>	<u>67.546</u>	<u>(353)</u>	<u>(1.997.296)</u>	<u>7.951.329</u>
Em Curso							
Terrenos.....	1.895	943	-	(3.576)	2.633	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	125.542	35.664	-	(3.894)	-	-	157.312
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	51.480	171	-	(3.339)	-	-	48.312
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	150.660	4.525	-	(46.217)	-	-	108.968
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	110.650	18.797	-	(10.329)	-	-	119.118
Depósitos Judiciais.....	100.333	2.632	-	-	(2.633)	-	100.332
Outros.....	7.040	691	-	(191)	-	-	7.540
	<u>547.600</u>	<u>63.423</u>	<u>-</u>	<u>(67.546)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>543.477</u>
Total	<u>11.071.303</u>	<u>63.423</u>	<u>(642.271)</u>	<u>-</u>	<u>(353)</u>	<u>(1.997.296)</u>	<u>8.494.806</u>

13.1 Imobilizado em curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos para o parque gerador. Assim, à vista do CPC 20, a Companhia não efetua capitalização de juros sobre o seu ativo imobilizado em curso por entender que não possui um ativo qualificável.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 152.071 (R\$ 100.332 em 31.12.2014), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 25.2).

13.2 Concessões de energia elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (a)	Prazo de Concessão
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	1.017,0	23.01.99	13.07.28 (b)
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
Total	<u>18</u>	<u>1.654,6</u>	<u>1.081,0</u>	(a)	

(a) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(b) Prazo de concessão após o acréscimo de 53 dias, decorrentes da repactuação do risco hidrológico 2015 sobre a data original de 21.05.2028

(*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

13.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à



alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

13.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Engº Sérgio Motta	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupiá	1.207.288	275.394	931.894
Paraíbuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01.01.2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações.....	(2.747.946)	934.302	(1.813.644)
Saldo em 31.12.2013	805.332	(273.813)	531.519
Realização no exercício de 2014 (depreciação)...	(277.811)	94.455	(183.356)
Realização no exercício de 2014 (Nota 12.5).....	(1.997.296)	679.081	(1.318.215)
Saldo em 31.12.2014	(1.469.775)	499.723	(970.052)
Realização no exercício.....	(113.224)	38.496	(74.728)
Saldo final em 31.12.2015	(1.582.999)	538.219	(1.044.780)

Usina	31.12.2015		
	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
UHE Engº Sérgio Motta (Menos Valia)...	(1.661.190)	564.804	(1.096.386)
UHE Paraíbuna.....	57.991	(19.717)	38.274
UHE Jaguari.....	20.200	(6.868)	13.332
Total	(1.582.999)	538.219	(1.044.780)

Em dezembro de 2014 a Companhia procedeu à avaliação quanto à recuperabilidade de seus ativos, concluindo pela necessidade de registro de provisão relativamente às usinas de Ilha Solteira e Jupuí, no valor de R\$1.997.296. Conseqüentemente, o valor de R\$ 1.318.215, correspondente da mais valia desses ativos (liquida de impostos), até então mantidas na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, foi transferida para a conta de Lucros Acumulados. O valor, remanescente, de R\$ 1.044.780 em 2015 (R\$ 970.052 em 2014), corresponde basicamente à “menos valia” apurada sobre a Usina de Porto Primavera, que será realizada pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos.



13.5 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Conforme descrito na Nota Explicativa 13.4, a Companhia optou, quando da apresentação das Demonstrações Financeiras de 2010 e adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS, pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura em 01/01/2009 (então denominada data de transição). Este procedimento resultou na elevação do valor contábil das usinas Jupιά, Paraibuna, Jaguari e as do Complexo Ilha Solteira/Três Irmãos, e na redução do valor da usina Porto Primavera (Engº Sergio Motta).

Cumprindo o CPC nº 01, anualmente a Administração prepara estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do valor contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente.
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95%; 2013: 5,73%; 2014: 5,44%; 2015: 6,75% a.a. líquida de imposto de renda).

Em setembro de 2012 o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, oferecendo a renovação antecipada das concessões de geração, em contrapartida da substituição do regime de preços pelo regime de cotas, e em 1º de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria Interministerial nº 580 MME/MF, informou o valor da indenização a ser pago referente aos ativos das usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 para as Concessionárias que aceitassem a antecipação da renovação das concessões. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões nas condições estabelecidas pela MP 579.

No encerramento das Demonstrações Financeiras de 2013, as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de ser consideradas de forma integrada (complexo), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013. Os ativos vinculados à concessão da UHE Três Irmãos foram transferidos para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, e a Administração fez registrar uma Provisão remanescente o valor considerado incontroverso dos ativos que serão indenizados pelo Poder Concedente (Nota 31).

No encerramento das Demonstrações Financeiras de 2014, conforme determina o CPC nº 01 e tendo em vista que no exercício de 2015 ocorreria o vencimento das concessões das UHE’s Ilha Solteira e Jupιά, foi estimado o fluxo de caixa futuro das operações até o termo final das concessões, e que:

- i. Apenas em 27 de março de 2014, pela Portaria Interministerial nº 129 MME/MF, o Poder Concedente reafirmou o valor da indenização proposto para a UHE Três Irmãos, deixando evidente que não foram aceitos os argumentos da Companhia durante o processo de conciliação dos valores de indenização daquela usina, já que nos estudos da EPE não foram considerados custos sócio ambientais, eclusas e outros ativos;
- ii. A Companhia apurou e apresentou os valores referentes aos acréscimos decorrentes de modernizações e melhorias realizadas e ainda não depreciadas, a que a Companhia tem direito à ANEEL até 31 de dezembro de 2015, conforme definido pela Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013;
- iii. À época a Companhia ainda não conhecia detalhes de como o Poder Concedente calculou as indenizações e, embora solicitado, não recebera resposta ao requerimento formulado à EPE em 07 de maio de 2014, para disponibilização do cálculo/planilhas do valor a ser indenizado das usinas Ilha Solteira e Jupιά;
- iv. Não há razoável certeza quanto ao recebimento de indenização por valores apurados de acordo com os princípios internacionais de contabilidade (*deemed cost* ou Valor Novo de Reposição Depreciado), e também quanto ao próprio valor das indenizações,

A Administração, apenas para fins de cumprimento do CPC nº 01 e observando o princípio contábil da prudência, manteve na sua contabilidade, para as UHE’s Ilha Solteira e Jupιά, o valor de R\$ 998.716 mil, considerado como valor de recuperação na data de encerramento do exercício e composto pelo fluxo propiciado pelas operações e pelo valor existente na contabilidade regulatória, por entendê-lo incontroverso nos termos do Contrato de Concessão. Também procedeu a contabilização de Provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 1.997.296 registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica “outras despesas operacionais” (Nota 25.2), conforme apresentado no quadro abaixo.

	Ilha Solteira	Jupiá	Em 31.12.2014 Total / Impairment
Valor de recuperação.....	639.360	359.356	998.716
Ativo imobilizado líquido.....	(2.302.562)	(693.450)	(2.996.012)
Impairment Contabilizado	(1.663.202)	(334.094)	(1.997.296)

Composição da provisão para redução ao valor recuperável de ativo	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.997.296	679.081	1.318.215
Provisão para impairment.....	1.997.296	679.081	1.318.215

Cabe salientar, no entanto, que a Administração da Companhia, apesar de ter procedido ao registro dessa provisão em atendimento do CPC 01 e ao princípio da prudência, reserva-se o direito de, em data futura, sustentar discussões com o Poder Concedente, visando o recebimento de indenização por valores que considere justos, e sustentáveis pelos termos de suas concessões.

Em 07 de julho ocorreu a reversão das UHE's Ilha Solteira e Jupiá ao Poder Concedente e o término da sua exploração econômica pelo regime de preço. A Companhia calculou a depreciação destas usinas até 30 de junho de 2015 e reclassificou o valor residual contábil do ativo imobilizado para a rubrica Ativo Disponível para Reversão (Nota 31). A partir dessa data a Companhia passou a auferir receitas, temporariamente, pelo regime de cotas, até a assunção do novo operador e durante o período de operação assistida, que se encerrará em 30 de junho de 2016.

O teste de recuperabilidade das demais usinas pertencentes ao parque gerador da Companhia demonstrou não haver necessidade de registro de provisão para desvalorização daqueles ativos em 31 de dezembro de 2015.

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As notas de médio prazo possuíam algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de *Sale and Leaseback* e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deveria resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia cumpriu os índices exigidos que foram calculados trimestralmente com base em dados financeiros em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

14.1 Composição

	2015				2014			
	Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
Moeda Estrangeira								
BNDDES (1)	2.647	198.882	659.349	860.878	2.191	124.727	583.819	710.737
Outras Instituições	49	-	1.568	1.617	52	-	1.240	1.292
	<u>2.696</u>	<u>198.882</u>	<u>660.917</u>	<u>862.495</u>	<u>2.243</u>	<u>124.727</u>	<u>585.059</u>	<u>712.029</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (2) ..	-	-	-	-	732	38.728	-	39.460
Notas de Médio Prazo (3)	-	-	-	-	41.171	937.034	-	978.205
ELETOBRÁS (4)	6	5.152	15.056	20.214	8	5.154	20.208	25.370
	<u>6</u>	<u>5.152</u>	<u>15.056</u>	<u>20.214</u>	<u>41.911</u>	<u>980.916</u>	<u>20.208</u>	<u>1.043.035</u>
	2.702	204.034	675.973	882.709	44.154	1.105.643	605.267	1.755.064

14.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) O saldo de principal, em 31 de dezembro de 2015, de R\$ 858.231 (R\$ 708.546 em 31.12.2014) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDDES, em 4 de setembro de 2002, cujo

montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de *spread* básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do "Plano Brady", referente a "Bônus ao Par" no valor de US\$ 325.516 mil e "Bônus de Desconto" no valor de US\$ 227.134 mil.

14.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (2) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas, sendo que a última delas foi liquidada em 15 de abril de 2015.
- (3) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a. e liquidou-o em 15 de janeiro de 2015.
- (4) Saldo de principal de R\$ 20.208 (R\$ 25.362 em 31.12.2014), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
 - (a) Saldo de R\$ 19.588 (R\$ 24.591 em 31.12.2014) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
 - (b) Saldo de R\$ 620 (R\$ 771 em 31.12.2014) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

14.4 Composição do saldo devedor de principal em moeda estrangeira:

Moeda	2015			2014		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	859.799	220.190	100,00	709.786	267.219	100,00
	859.799	220.190	100,00	709.786	267.219	100,00

14.5 Cronograma de vencimentos de principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2017.....	55.227	215.652	5.115	220.767
2018.....	59.885	233.838	5.115	238.953
De 2019 a 2020.....	53.744	209.859	4.800	214.659
De 2021 a 2024.....	402	1.568	26	1.594
	169.258	660.917	15.056	675.973

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 3,9048 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2,6562 em 31.12.2014).

14.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos exercícios	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
2015	47,01	10,67	1,70	10,54	10,70
2.014	13,39	6,41	0,81	3,69	3,78

15 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	2015				2014
	Circulante		Não Circulante		Total
	Encargos	Principal	Principal	Total	
- FIDC IV.....	2.883	234.735	71.704	309.322	559.342
	2.883	234.735	71.704	309.322	559.342

Para projeção de vencimentos, vide Nota 29.1.

15.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 91.563 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

16 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E FIDC

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

Contrato	Moeda	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Valores em R\$ mil			2015 Total	2014 Total
					Encargos	Principal	Encargos	Circulante	Não Circulante		
MOEDA ESTRANGEIRA											
BNDDES	BRADY	US\$ 14.2 item 1	2,86% a.a.+UMBNDDES	abr-2019	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	(Fev, Abr, Jun, Ago, Out, Dez)	2.696	198.882	660.917	862.495	712.029
OUTRAS INSTITUIÇÕES											
ELETRIPAULO		US\$	Div (0,8125% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	49	-	1.568	1.617	1.292
MOEDA NACIONAL											
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS											
BNDDES - Fname	ITAÚ-BBA	R\$ 14.3 item 2	(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	-	-	-	-	39.460
MEDIUM TERM NOTES											
BÔNUS - SÉRIE 8		R\$ 14.3 item 3	9,75% a.a.+ IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	-	-	-	-	978.205
ELETROBRÁS											
ELETROBRÁS - RGR		R\$ 14.3 item 4	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	-	5.001	14.587	19.588	24.591
ELETROBRÁS - IRD		R\$	Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	Trim. (Fev, Mai, Ago, Nov)	6	151	469	626	779
OUTRAS DÍVIDAS											
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS		R\$ 15	1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	2.883	234.735	71.704	309.322	559.342
FIDC IV							2.883	234.735	71.704	309.322	559.342
TOTAL GERAL							5.585	438.769	747.677	1.192.031	2.314.406

16.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a Pagar

	Moeda		FIDC	Total
	Nacional	Estrangeira		
Saldo inicial em 31.12.2013	999.870	762.923	784.444	2.547.237
Juros e Comissões.....	92.777	47.243	11.625	151.645
Variações Monetárias.....	57.660	-	68.332	125.992
Variações Cambiais.....	-	82.645	-	82.645
Amortização de Principal.....	(18.146)	(133.125)	(305.059)	(456.330)
Amortização de Juros.....	(89.126)	(47.657)	-	(136.783)
Saldo inicial em 31.12.2014	1.043.035	712.029	559.342	2.314.406
Juros e Comissões.....	7.144	54.943	6.356	68.443
Variações Monetárias.....	5.763	-	54.341	60.104
Variações Cambiais.....	-	310.483	-	310.483
Amortização de Principal.....	(986.605)	(157.859)	(310.717)	(1.455.181)
Amortização de Juros.....	(49.123)	(57.101)	-	(106.224)
Saldo final em 31.12.2015	20.214	862.495	309.322	1.192.031

17 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2015	2014
Circulante		
COFINS s/ receitas	14.017	22.044
PIS s/ receitas	3.026	4.785
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	4.578	3.621
Imposto de renda s/lucro.....	18.981	3.798
Contribuição social s/lucro.....	9.745	3.470
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	-	5.892
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.585	4.447
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.654	1.973
	56.586	50.030

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	2015			2014
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BPS (Nota 18.2.1).....	228.950	209.871	438.821	396.733
- Contrato de Dívida - outros (Nota 18.2.2).....	27.138	24.876	52.014	69.030
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(256.088)	(234.747)	(490.835)	(333.872)
	-	-	-	131.891

18.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico



atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5% da parcela. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago após desligamento do empregado e desde que este tenha cumprido as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

18.2 Demonstração do Passivo a ser registrado de acordo com CPC 33 (R1)/IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2015, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1)/IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

18.2.1 Premissas Atuariais

	2015			2014		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial.....	12,85%	12,85%	12,85%	10,98%	10,98%	10,98%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano.....	12,85%	12,85%	12,85%	10,98%	10,98%	10,98%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial.....	6,97%	6,97%	6,97%	6,20%	6,20%	6,20%
Taxa de crescimento salarial.....	na	7,64%	na	na	7,12%	na
Taxa de inflação.....	5,50%	5,50%	5,50%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de rotatividade.....	Experiência Funcesp			nula		
Tábua de mortalidade geral.....	AT - 2000			AT - 2000		
Tábua de entrada em invalidez.....	LIGHT-FRACA			LIGHT-FRACA		
Tábua de mortalidade de inválidos.....	AT - 49			AT - 49		
Tábua de mortalidade de ativos.....	Método de Hamza			Método de Hamza		
Nº de participantes ativos.....	700	956	na	683	931	na
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez.....	4.429	1.491	534	4.275	1.409	500
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez.....	168	50	17	197	72	24
Nº de participantes inativos - pensionistas.....	760	91	22	888	130	30

Valor justos dos Ativos do plano de benefícios	BSPS		BD		CV	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos						
Disponível.....	192	198	1	1	-	-
Recebível.....	52.882	18.328	41	118	12	-
Investimento (*).....	3.743.251	3.635.807	620.983	563.762	89.841	78.739
	3.796.325	3.654.333	621.025	563.881	89.853	78.739
Obrigações.....	(52.014)	(89.022)	-	(3.570)	-	(409)
Fundos não Previdenciais.....	(963)	(1.027)	-	-	(52.368)	(51.538)
Valor justo	3.743.348	3.564.284	621.025	560.311	37.485	26.792

(*) Composto por títulos públicos, fundos de investimentos, investimentos imobiliários, empréstimos entre outros.

18.2.2 Avaliação Atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

A Companhia reconhece os ganhos ou perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.



18.2.2.1 Plano BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do tipo Benefício Definido relativa a um Benefício Definido Saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (B.S.P.S.), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31/12/97, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pelas insuficiências atuariais dessa cobertura é da Patrocinadora CESP.

18.2.2.2 Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de cobertura do Tipo Benefício Definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade, limitado o salário mensal a 10 vezes o valor da Unidade de Referência – URE, que corresponde ao valor de R\$ 1.031,87 na data da implantação do Plano, atualizado nas mesmas épocas e nos mesmos índices de reajustamento geral de salário concedido pela Patrocinadora, deduzindo-se, dos 70% dessa média salarial mensal real, o correspondente ao valor médio real da Unidade de Referência – URE relativa também aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31/12/97) e, portanto, não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31/12/97. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais dessa Cobertura é compartilhada paritariamente entre a Patrocinadora e os participantes (inclusive os assistidos) e, portanto, somente 50% da insuficiência do Ativo do Plano para cobrir o valor presente da obrigação atuarial do Plano será de responsabilidade da Patrocinadora CESP.

18.2.2.3 Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997:

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos.

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

18.2.3 Cálculos e Movimentações

Análise de Sensibilidade	BSPS	BD	CV
Valor das Obrigações ao final do ano se:			
- taxa de desconto for reduzida em 0,25%.....	3.661.671	528.567	32.328
- taxa de desconto for aumentada em 0,25%.....	3.518.104	495.491	30.894
- Taxa de crescimento salarial for reduzida em 1,00%.....	3.588.573	500.103	31.596
- Taxa de crescimento salarial for aumentada em 1,00%.....	3.588.573	523.891	31.596



Fluxo de Caixa Projetados

	BSPS	BD	CV
Estimativa das contribuições dos empregados para o plano no ano seguinte:	-	3.204	1.616
Benefícios esperados nos próximos anos:			
2016	422.637	11.797	4.764
2017	422.732	11.868	4.805
2018	422.854	11.973	4.864
2019	422.986	12.051	4.908
2020	423.078	12.115	4.948
2021	423.202	12.235	5.005
2022	423.300	12.289	5.040
2023	423.350	12.335	5.071
2024	423.386	12.376	5.096
2025	423.425	12.428	5.124

a) Conciliação dos ativos e passivos

	BSPS		BD		CV	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Valor da obrigação atuarial líquida.....	(3.588.573)	(3.696.175)	(511.667)	(451.126)	(31.596)	(26.792)
Valor justo dos ativos dos planos.....	3.743.348	3.564.284	621.025	560.311	37.485	26.792
Efeito do "teto do ativo".....	(154.775)	-	(109.358)	(109.185)	(5.889)	-
Total do ativo (passivo) líquido	-	(131.891)	-	-	-	-

b) Movimentação do passivo atuarial

	BSPS		BD		CV	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(3.696.175)	(3.493.739)	(451.126)	(394.029)	(26.792)	(12.541)
Custo dos serviços correntes.....	-	-	(3.889)	(3.751)	-	-
Custo dos juros.....	(388.778)	(359.699)	(48.008)	(41.065)	(2.738)	(1.310)
Ganho / (Perda) atuarial.....	167.506	(147.041)	(27.837)	(29.293)	(3.083)	(15.694)
Benefícios pagos.....	328.874	304.304	19.193	17.012	1.017	2.753
Valor presente da obrigação atuarial total líquida	(3.588.573)	(3.696.175)	(511.667)	(451.126)	(31.596)	(26.792)

c) Movimentação do ativo do Plano

	BSPS		BD		CV	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Valor justo do ativo do plano	3.564.284	3.430.824	560.311	517.142	26.792	22.296
Contribuição do empregador.....	154.401	115.602	6.149	4.784	-	-
Contribuição do empregado.....	13.948	13.173	5.268	5.245	-	-
Contribuições recebidas pelo fundo - empresa.....	-	-	-	-	713	-
Rendimento esperado dos ativos do plano.....	383.718	359.836	(19.193)	(17.012)	2.544	2.169
Rendimento dos ativos do plano superior/inferior à taxa de desconto	(44.129)	(50.847)	60.180	54.517	(1.017)	(2.753)
Benefícios pagos.....	(328.874)	(304.304)	8.310	(4.365)	8.453	5.080
Valor justo do ativo do plano	3.743.348	3.564.284	621.025	560.311	37.485	26.792

d) Movimentação do Passivo Atuarial

	BSPS		BD		CV	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no início do exercício.....	131.891	62.915	-	-	-	-
(Receita) despesa do exercício.....	5.060	(137)	3.705	3.546	173	-
Contribuições pagas pela empresa.....	(154.401)	(115.603)	(6.149)	(4.784)	(913)	-
Contribuições dos participantes para o plano.....	(13.948)	(13.172)	(5.268)	(5.245)	-	-
Efeito das remensurações reconhecidas em ORA.....	31.398	197.888	7.712	6.483	740	-
Saldo do Passivo/(Ativo) Atuarial no final do exercício.....	-	131.891	-	-	-	-

e) Movimentação de Outros Resultados Abrangentes (ORA)

	BSPS		BD		CV	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de experiência do plano.....	78.868	(28.538)	89.230	7.820	5.563	14.560
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa financeira.....	(246.374)	95.341	(61.393)	14.682	(2.480)	718
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa demográfica.....	-	80.238	-	6.791	-	416
Rendimento dos ativos do plano (superior)/inferior à taxa de desconto.....	44.129	50.847	(8.310)	4.365	(8.232)	(7.069)
Variação do "teto do ativo".....	154.775	-	(11.815)	(27.175)	5.889	(8.625)
Movimento em ORA durante o exercício.....	31.398	197.888	7.712	6.483	740	-

f) Componentes do resultado do exercício

	BSPS		BD		CV	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Custo do serviço corrente.....	-	-	3.889	3.751	-	-
Custo de juros sobre a obrigação.....	388.778	359.699	48.008	41.065	2.717	2.738
Rendimento sobre os ativos financeiros.....	(383.718)	(359.836)	(60.180)	(54.517)	(2.544)	(2.738)
Despesa/(Receita) sobre o "teto do ativo".....	-	-	11.988	13.247	-	-
(Receita)/despesa do exercício.....	5.060	(137)	3.705	3.546	173	-

g) Despesa / (Receita) estimada para 2016

	2016			
	BSPS	BD	CV	TOTAL
Custo dos serviços correntes.....	-	9.640	3.233	12.873
Custo de juros sobre a obrigação.....	434.799	65.015	3.764	503.578
Rendimento esperado para os ativos financeiros.....	(454.687)	(79.234)	(4.622)	(538.543)
Despesa/(Receita) sobre o "teto do ativo".....	19.888	14.053	757	34.698
Contribuição do empregado.....	-	(3.204)	(1.616)	(4.820)
(Receita)/despesa do exercício.....	-	6.270	1.516	7.786

18.3 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

18.3.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado". O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

18.3.2 Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2015, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

19 ENCARGOS SETORIAIS

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal (a)	22.753	12.359
- Diferença de Quotas - 2013 (b)	-	33.600
- Diferença de Quotas - 2014 (c)	70.969	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	23.467	22.340
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE.....	1.246	1.541
Quotas para P&D - FNDCT (d)	1.836	2.167
Quotas para P&D - MME (d)	918	1.084
P & D - Projetos (e)	147.545	125.155
Energia comprada para revenda (f)	76.394	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (g)	47.735	41.609
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (h)	779	713
	<u>393.642</u>	<u>240.568</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2014 (c)	-	70.969
- Diferença de Quotas - 2015 (i)	20.658	-
	<u>20.658</u>	<u>70.969</u>
	<u>414.300</u>	<u>311.537</u>

- (a)** Quota RGR de dezembro de 2015 de R\$ 3.817, acrescida de 7 parcelas de R\$ 2.705 referente a diferença de RGR de 2013, conforme despacho ANEEL nº 3.370, retificado em 11 de novembro de 2015.
- (b)** Diferença de quota RGR 2013, homologada pelo despacho ANEEL nº 3.370, retificado em 11 de novembro de 2015.
- (c)** Diferença de quota RGR 2014, cuja forma de pagamento será homologada pela ANEEL em 2016.
- (d)** Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (e)** Saldo de recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (f)** Refere-se a contratos de energia comprada para revenda (Nota 25.1), para o equilíbrio do balanço energético do exercício, face ao término das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia em 7 de julho de 2015.
- (g)** Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.758 de 24 de junho de 2014 e nº 1.917 de 30 de junho de 2015.
- (h)** Pagamento referente aos encargos de uso do sistema de distribuição – TUSDg, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.591, de 28 de agosto de 2013 e 1.641, de 22 de outubro de 2013.
- (i)** Diferença de quota RGR 2015, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em 2017.

20 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas perdas prováveis.

Composição:

	31.12.2014		Movimentação		31.12.2015
	Saldo	Atualização	Provisionamento / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	412.213	54.568	(33.367)	(53.680)	379.734
Cíveis					
Ações diversas	25.186	6.086	1.936	(6.167)	27.041
Tributárias					
Ações diversas	14.898	3.065	641	(25)	18.579
Indenizações					
Ações ambientais	846.056	151.111	(92.258)	(14.638)	890.271
Ações cíveis	956.913	195.071	(62.477)	(7.818)	1.081.689
Desapropriações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP	253.717	55.756	(86.041)	(2.148)	221.284
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	151.883	26.264	(1.755)	(4.909)	171.483
Soma Indenizações e Desapropriações	2.208.569	428.202	(242.531)	(29.513)	2.364.727
TOTAL	2.660.866	491.921	(273.321)	(89.385)	2.790.081

	31.12.2013		Movimentação		31.12.2014
	Saldo	Atualização	Provisionamento / (Reversão)	(-) Pagamentos	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	237.793	46.498	160.848	(32.926)	412.213
Cíveis					
Ações diversas	22.193	3.392	-	(399)	25.186
Tributárias					
Ações diversas	1.024	310	13.725	(161)	14.898
Indenizações					
Ações ambientais	551.568	90.110	210.128	(5.750)	846.056
Ações cíveis	870.991	118.536	(21.597)	(11.017)	956.913
Desapropriações e indenizações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP	219.573	40.029	(4.942)	(943)	253.717
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	413.843	43.038	(302.310)	(2.688)	151.883
	2.055.975	291.713	(118.721)	(20.398)	2.208.569
TOTAL	2.316.985	341.913	55.852	(53.884)	2.660.866

Em 31 de dezembro de 2015, os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas	379.734	260.774	116.170	756.678
Ações cíveis diversas	27.041	203.359	3.320	233.720
Ações tributárias	18.579	38.580	9.426	66.585
Ações ambientais	890.271	910.941	2.046.540	3.847.752
Ações cíveis	1.081.689	1.200.039	4.255.887	6.537.615
Ações de desapropriações - Usinas CESP	221.284	1.187.846	182.514	1.591.644
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	171.483	308.762	1.428	481.673
	2.790.081	4.110.301	6.615.285	13.515.667

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 13.515.667. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.790.081, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 696.378 (R\$ 691.542 em 31 de

dezembro de 2014), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 152.071 (imobilizado em curso – Nota 13).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

20.1 Reclamações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 756.678. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 379.734 representadas por 578 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 73.870 (Nota 10).

A CESP é ré em 40 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 241.960. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 137.774 associados a 538 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 260.774 correspondentes a 1.127 processos, sendo 23 destes relacionados à Lei Estadual nº 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; e (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº 20/98, no montante de R\$ 749. O valor remanescente, de R\$ 241.211, corresponde a 1.104 processos.

20.1.1 Possível impacto da atualização monetária sobre as provisões trabalhistas

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o TST – Tribunal Superior do Trabalho mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passassem a ser corrigidos pelo IPCA-E – Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial e não mais pela TR – Taxa Referencial. A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo STF – Supremo Tribunal Federal, que reconheceu como inconstitucional o uso da TR, como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

Em 14 de outubro de 2015, o STF deferiu liminar que suspendeu os efeitos da decisão proferida pelo TST. A Companhia avaliou em R\$ 3.017 o possível impacto até 31/12/2015, a ser contabilizado caso a liminar seja revogada.

20.2 Ações Cíveis Diversas

20.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perdas prováveis e possíveis, em 31 de dezembro de 2015, são R\$ 27.041 e R\$ 3.431 respectivamente.

20.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul, relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001. A CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando a recontabilização e liquidação determinadas por aquele juízo e passaram a integrar a lide. A Companhia já contestou a ação, a qual encontra-se até o momento sem uma decisão da Justiça. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 199.928, cujo risco de perda é avaliado como possível.



20.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 66.585, composto por R\$ 18.579 com expectativa de perda considerada provável, referente a 5 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 17.295 (R\$ 16.271 em 31 de dezembro de 2014). Outras 118 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 38.580.

20.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.801.212 em 31.12.2015, conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	201.761	609.672	811.433
Descumprimento de acordo.	473.458	214.907	688.365
Parques.....	172.195	-	172.195
Lençol freático.....	-	25.922	25.922
Outros.....	42.857	60.440	103.297
	<u>890.271</u>	<u>910.941</u>	<u>1.801.212</u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 441.991 (R\$ 454.943 em 31.12.2014) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

20.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

20.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 171.130 e R\$ 612.958 respectivamente, para 221 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

20.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 85 ações envolvendo o valor de R\$ 831.444 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 332.631 com risco de perda possível em 31 de dezembro de 2015. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

20.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 64 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 45.476 e R\$ 33.639, relacionadas a processos cuja probabilidade de perda é avaliada como provável. Existem ainda outras ações consideradas com probabilidade de perda possível, sendo uma ação de inadimplemento contratual, que totaliza R\$ 27.089 e 216 processos no montante de R\$ 227.361.

20.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 221.284 para 63 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, cujo risco de perda é avaliado como provável pelos assessores jurídicos da Companhia. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 1.187.846 referentes a 5 processos judiciais.

20.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de R\$ 481.673. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 171.483 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

21.1 Obrigações Socioambientais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Não Circulante		
Reflorestamento (*)	81.000	75.000
Licenciamento.....	22.750	26.192
	<u>103.750</u>	<u>101.192</u>

(*) Refere-se ao compromisso de adquirir áreas e de realizar projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

	<u>31.12.2014</u>	<u>Provisão / (Reversão) (Nota 25)</u>	<u>Atualização (Nota 26)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>31.12.2015</u>
Não Circulante					
Reflorestamento.....	75.000	6.000	-	-	81.000
Licenciamento.....	26.192	(3.442)	-	-	22.750
	<u>101.192</u>	<u>2.558</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103.750</u>
Circulante					
Termo de ajustamento de conduta - TAC	12.418	-	265	(12.683)	-
Não Circulante					
Reflorestamento	75.000	-	-	-	75.000
Licenciamento.....	34.800	(8.608)	-	-	26.192
	<u>109.800</u>	<u>(8.608)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.192</u>
	<u>122.218</u>	<u>(8.608)</u>	<u>265</u>	<u>(12.683)</u>	<u>101.192</u>



21.2 Outras Obrigações

	2015	2014
Circulante		
Fundação CESP (*)	10.246	13.566
Outros	5.766	5.413
	16.012	18.979
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
Outros	-	1.995
	15.481	17.476
	31.493	36.455

(*) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia em 2015 foi de R\$ 2.846 (R\$ 2.239 em 2014), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 2.365 (R\$ 1.865 em 2014) e encargos sociais no valor de R\$ 481 (R\$ 374 em 2014).

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 31.12.2015				Acumulado em 2015
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
CPTM (a)	6	Venda de energia	-	-	-	-	23.075
Órgãos do Estado de SP (b)..		Cessão de empregados	18.162	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	107	-	(1.284)
Eletrobrás	13	Empréstimos	-	-	5.158	15.056	(1.615)
Fundação CESP	17	Entidade de previdência	-	-	-	-	6.574
			Saldo em 31.12.2014				Acumulado em 2014
			Ativo		Passivo		Resultado
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
CPTM (a)	6	Venda de energia	4.459	-	-	-	51.369
Órgãos do Estado de SP (b)..		Cessão de empregados	9.372	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	102	-	(1.208)
Eletrobrás	13	Empréstimos	-	-	5.162	20.208	(1.807)
Fundação CESP	17	Entidade de previdência	-	-	-	131.891	(3.409)

(a) Termos de aditamentos celebrados com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controlada pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública, contrato findo em 31/05/2015.

(b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.

	31.12.2014	Movimentação		31.12.2015
	Saldo	Adições	Recebimentos	Saldo
Cessão de empregados.....	9.372	10.360	(1.570)	18.162

(c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 107.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

23.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.751 ações ordinárias, 7.441.008 ações preferenciais classe A e 210.893.914 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Os principais acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Cias. Ligadas								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,18	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.182.500	1,08	-	-	-	-	1.182.500	0,36
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	0,01
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,54	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	0,00	-	-	400	-	2.575	-
	<u>103.897.748</u>	<u>95,17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.928.669</u>	<u>13,73</u>	<u>132.826.417</u>	<u>40,56</u>
Outros								
Morgan Stanley.....	-	-	-	-	13.864.717	6,57	13.864.717	4,23
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,02	10.589.915	3,23
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS	37.633	0,03	6.664.526	89,56	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London	-	-	-	-	29.811.440	14,14	29.811.440	9,10
The Bank of New York - ADR Department	33.375	0,03	154.224	2,07	-	-	187.599	0,06
Pessoas Físicas.....	3.414.351	3,13	560.210	7,53	3.500.161	1,66	7.474.722	2,28
Outras Pessoas Jurídicas.....	1.777.933	1,63	32.830	0,45	124.199.012	58,89	126.009.775	38,48
Outros.....	6.711	0,01	29.218	0,39	-	-	35.929	0,01
	<u>5.270.003</u>	<u>4,83</u>	<u>7.441.008</u>	<u>100,00</u>	<u>181.965.245</u>	<u>86,28</u>	<u>194.676.256</u>	<u>59,44</u>
	<u>109.167.751</u>	<u>100,00</u>	<u>7.441.008</u>	<u>100,00</u>	<u>210.893.914</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	<u>1.991.815</u>		<u>135.764</u>		<u>3.847.854</u>		<u>5.975.433</u>	

23.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irredimíveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

23.3 Reservas de Capital

	2015	2014
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01.01.2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 13.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e a baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Ativo / (Passivo) R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 31.12.2014.....	(1.469.775)	499.723	(970.052)
Realização no exercício (depreciação)..	(113.224)	38.496	(74.728)
Saldo final em 31.12.2015.....	<u>(1.582.999)</u>	<u>538.219</u>	<u>(1.044.780)</u>

23.5 Reservas de Lucros

	2.015	2014
Reserva legal.....	83.623	83.623
Reserva estatutária.....	405.546	405.546
Reserva de lucros a realizar (*)	139.614	167.569
	<u>628.783</u>	<u>656.738</u>

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar, tendo em vista que:

- O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580



milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização dessa reserva vem ocorrendo por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 14.5).

- A Reserva de lucros a realizar acima citada foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.
- Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	31.097	34.593	38.482	35.442	139.614

23.6 Proposta de Destinação do Resultado

Conforme Estatuto da Companhia, aos acionistas, havendo lucro suficiente para tanto, é assegurada a distribuição de dividendo anual obrigatório correspondente à 10% do capital social.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, está sendo proposta a destinação do dividendo anual obrigatório, bem como dividendos adicionais, correspondente à 100% do lucro ajustado, conforme abaixo:

	2015
Prejuízo do exercício	(61.357)
Destinações:	
Realização de reserva de lucros a realizar (Nota 23.5).....	27.955
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação).....	74.728
Lucro ajustado do exercício (saldo para distribuição de dividendos)	41.326
Dividendos obrigatórios.....	(41.326)
Saldo de lucros acumulados	-

A soma dos valores distribuídos a título de dividendos representa 100% do Lucro ajustado do exercício, atendendo ao disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	2015
Prejuízo do exercício (a).....	(61.357)
Quantidade de ações (b).....	327.502.673
Prejuízo por ação (a / b)	R\$ (0,18735)

	2015
Lucro ajustado do exercício (a).....	41.326
Quantidade de ações (b).....	327.502.673
Lucro por ação (a / b)	R\$ 0,12619

	2015
Dividendos a distribuir (a).....	41.326
Quantidade de ações (b).....	327.502.673
Dividendo por ação (a / b)	R\$ 0,12619

Descrição	2015	Dividendos por Ação	
Destinação de dividendos (a)	41.326		
ON.....	9.465	R\$	0,086700233
PNA.....	13.576	R\$	1,824544942
PNB.....	18.285	R\$	0,086700233
Dividendos obrigatórios	41.326		

24 RECEITA

24.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 36 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos têm cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2015		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	2014 a 2015	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	139,34	152,84	199,52	188,05	175,79	7,14
Ampla	Março	141,04	154,71	201,96	190,34	175,79	7,70
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	142,90	156,75	204,62	192,86		8,13
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Mai	143,91	157,86	206,08	194,23		8,17
Cataguazes e Copel	Junho	144,98	159,03	207,60	195,66		8,47
Celtins e Eletropaulo	Julho	146,12	160,29	209,24	197,21		8,89
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	147,03	138,22	180,44	198,43		9,56
Celg	Setembro	147,35	138,55	180,87	198,87		8,53
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	148,15	139,04	181,50	199,94		9,49
Light, Eletroacre	Novembro	149,36	163,84	213,88	201,58		9,93

Reajustes em 2014		Produtos					Reajuste no ano (%)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039	2014 a 2015	
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	130,05	142,66	186,23	175,52	175,79	5,59
Ampla	Março	130,95	143,64	187,52	176,73	175,79	5,68
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	132,16	144,97	189,24	178,36		6,15
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Mai	133,04	145,94	190,51	179,55		6,28
Cataguazes e Copel	Junho	133,65	146,61	191,39	180,38		6,37
Celtins e Eletropaulo	Julho	134,19	147,19	192,15	181,10		6,52
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	134,20	147,21	192,17	181,12		6,50
Celg	Setembro	134,54	147,58	192,65	182,57		6,51
Bandeirante, Piratininga e CEEE-D	Outubro	135,30	148,42	193,75	182,61		6,75
Light, Eletroacre	Novembro	135,87	149,04	194,56	183,37		6,59

24.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como a quantidade e valores da sua distribuição por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia Vendida até 31 de Dezembro	MWh (*)		R\$ Mil	
	2015	2014	2015	2014
Fornecimento (1)				
Industrial.....	7.521.787	8.196.756	1.004.413	1.028.957
Serviço Público.....	160.432	382.175	23.075	51.369
	<u>7.682.219</u>	<u>8.578.931</u>	<u>1.027.488</u>	<u>1.080.326</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores (2)	5.507.992	8.551.403	997.781	1.118.050
	<u>5.507.992</u>	<u>8.551.403</u>	<u>997.781</u>	<u>1.118.050</u>
Leilões de Energia (3)				
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	-	159.978	-	19.758
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	1.240.228	1.296.619	171.865	167.898
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	859.119	876.201	130.690	124.370
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	718.320	718.320	142.700	133.164
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	1.296.480	1.296.480	242.985	226.600
Produto CCEAR 2013-2014 12M.....	-	3.504.000	-	671.366
Produto CCEAR 2013-2014 18M.....	425.810	858.480	74.853	141.821
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	290.670	226.907	42.326	30.526
	<u>4.830.627</u>	<u>8.936.985</u>	<u>805.419</u>	<u>1.515.503</u>
	<u>10.338.619</u>	<u>17.488.388</u>	<u>1.803.200</u>	<u>2.633.553</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (4)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	843.209	2.471.517	280.566	1.687.003
Liquidações de exercícios anteriores.....	-	-	63.501	-
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	2.036.814	-	21.628	-
	<u>2.880.023</u>	<u>2.471.517</u>	<u>365.695</u>	<u>1.687.003</u>
Total.....	<u>20.900.861</u>	<u>28.538.836</u>	<u>3.196.383</u>	<u>5.400.882</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia às comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(3) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças – MCSD.

(4) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Resumo por Ambiente de Comercialização	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Mercado Livre						
Consumidores Livres	7.682.219	8.578.931	1.027.488	1.080.326	133,75	125,93
Agentes Comercializadores	5.507.992	8.551.403	997.781	1.118.050	181,15	130,74
	<u>13.190.211</u>	<u>17.130.334</u>	<u>2.025.269</u>	<u>2.198.376</u>	<u>153,54</u>	<u>128,33</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia.....	4.830.627	8.936.985	805.419	1.515.503	166,73	169,58
Câmara de Comercialização E. Elétrica - PLD.....	843.209	2.471.517	280.566	1.687.003	332,74	682,58
	<u>5.673.836</u>	<u>11.408.502</u>	<u>1.085.985</u>	<u>3.202.506</u>	<u>191,40</u>	<u>280,71</u>
Total.....	<u>18.864.047</u>	<u>28.538.836</u>	<u>3.111.254</u>	<u>5.400.882</u>	<u>164,93</u>	<u>189,25</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

	2015	2014
Regime de Cotas	R\$ Mil	
UHE Ilha Solteira.....	216.766	-
UHE Jupia.....	104.209	-
UHE Três Irmãos.....	-	71.153
Total.....	320.975	71.153

24.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	2015	2014
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	1.027.488	1.080.326
Suprimento de energia - Contratos.....	997.781	1.118.050
Suprimento de energia de leilões.....	805.419	1.515.503
Energia de curto prazo	365.695	1.687.003
	<u>3.196.383</u>	<u>5.400.882</u>
Suprimento de energia regime de Cotas.....	320.975	71.153
Outras receitas.....	8.772	8.599
	<u>3.526.130</u>	<u>5.480.634</u>
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(84.783)	(146.172)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(29.434)	(48.474)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(294)	(238)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(250.930)	(339.066)
PIS s/ receitas operacionais.....	(54.474)	(73.591)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (*).....	(138.509)	(157.143)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE (*).....	(16.724)	(16.699)
	<u>(575.148)</u>	<u>(781.383)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.950.982</u>	<u>4.699.251</u>

(*) Visando uma melhor apresentação das demonstrações financeiras, e alinhamento com normas da Agência Reguladora, a Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e a Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE passaram a integrar as Deduções à Receita Operacional (até 31/12/2014 eram registradas como Despesas Operacionais) (Nota 2.3).

25 CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Natureza dos custos e despesas	2015					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 25.2)	
Encargos setoriais (Nota 25.1).....	(406.822)	-	-	-	-	(406.822)
Energia comprada (Nota 25.1).....	(485.378)	-	-	-	-	(485.378)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	67.531	-	-	-	-	67.531
Pessoal.....	-	(56.265)	(126.651)	-	-	(182.916)
Administradores.....	-	-	(2.846)	-	-	(2.846)
Programa de Incentivo a Aposentadoria.....	-	(17.314)	-	-	-	(17.314)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano.....	-	(8.351)	-	-	-	(8.351)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	-	(587)	-	-	-	(587)
Material.....	-	(7.854)	(3.439)	-	-	(11.293)
Serviços de terceiros.....	-	(46.781)	(53.861)	-	-	(100.642)
Depreciação.....	-	(454.201)	(4.866)	-	(1.313)	(460.380)
Outros encargos - ONS/CCEE.....	-	-	(2.918)	-	-	(2.918)
Aluguéis.....	-	-	(7.068)	-	-	(7.068)
Provisão para riscos legais (Nota 20).....	-	-	-	(224.376)	(24.509)	(248.885)
Provisão ativo contingente (Nota 25.2).....	-	-	-	-	(580.798)	(580.798)
Provisão para perda estimada de créditos.....	-	-	-	(5.321)	-	(5.321)
Reversão / (Provisão) para compromissos socioambientais (Nota 21.1)....	-	-	-	-	(2.558)	(2.558)
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(13.782)	(13.782)
Outras despesas.....	-	(4.585)	(13.008)	(2.608)	(10.952)	(31.153)
Total.....	(824.669)	(595.938)	(214.657)	(232.305)	(633.912)	(2.501.481)

Natureza dos custos e despesas	2014					Total
	Custo com Energia Elétrica	Custo com Operação	Despesas gerais e administr.	Outras despesas operacionais	Outras (despesas) receitas líquidas (Nota 25.2)	
Encargos setoriais (Nota 25.1).....	(385.983)	-	-	-	-	(385.983)
Energia comprada (Nota 25.1).....	(17.070)	-	-	-	-	(17.070)
Créditos de COFINS/PIS s/encargos do sistema de transmissão.....	25.758	-	-	-	-	25.758
Pessoal.....	-	(56.905)	(124.630)	-	-	(181.535)
Administradores.....	-	-	(2.239)	-	-	(2.239)
Programa de Incentivo a Aposentadoria.....	-	(6.294)	-	-	-	(6.294)
Entidade de previdência a empregados - Contribuição ao plano.....	-	(8.344)	-	-	-	(8.344)
Entidade de previdência a empregados - CPC 33/IAS 19.....	-	4.935	-	-	-	4.935
Material.....	-	(8.062)	(3.873)	-	-	(11.935)
Serviços de terceiros.....	-	(40.814)	(51.564)	-	-	(92.378)
Depreciação.....	-	(635.995)	(5.190)	-	(1.314)	(642.499)
Outros encargos - ONS/CCEE.....	-	-	(3.369)	-	-	(3.369)
Aluguéis.....	-	-	(7.547)	-	-	(7.547)
Provisão para riscos legais (Nota 20).....	-	-	-	(621.950)	259.272	(362.678)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 13.5).....	-	-	-	-	(1.997.296)	(1.997.296)
Provisão para perda estimada de créditos.....	-	-	-	21.030	-	21.030
Reversão / (Provisão) para compromissos socioambientais (Nota 21.1)....	-	-	-	-	8.608	8.608
Custos retardatários.....	-	-	-	-	(18.781)	(18.781)
Outras despesas.....	-	(1.435)	(11.715)	(1.101)	7.431	(6.820)
Total.....	(377.295)	(752.914)	(210.127)	(602.021)	(1.742.080)	(3.684.437)

25.1 Energia Comprada e Encargos Setoriais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Energia comprada		
CCEE (1).....	(154.821)	-
Repactuação risco hidrológico (nota 12).....	102.864	-
Líquido CCEE.....	(51.957)	-
Energia proveniente do MRE.....	(31.301)	(17.070)
Compra de energia - Potência.....	(148)	-
Energia comprada para revenda (2)	(401.972)	-
	<u>(485.378)</u>	<u>(17.070)</u>
Uso da Rede Elétrica (3)		
Conexão - CTEEP	(161)	(188)
Rede Básica.....	(406.661)	(385.795)
	<u>(406.822)</u>	<u>(385.983)</u>
Total.....	<u>(892.200)</u>	<u>(403.053)</u>

- (1) Valores de faturamento e fechamento junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, decorrentes da aquisição de energia e do rateio entre as empresas geradoras do país, além de outras aquisições para atendimento de contratos.
- (2) A energia disponível no 1º semestre foi vendida e, para o equilíbrio do balanço energético do exercício, face ao término das concessões das UHE's Ilha Solteira e Jupia em 7 de julho de 2015, foram celebrados contratos de compra de energia.
- (3) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.758 de 24 de junho de 2014 e nº 1.917 de 30 de junho de 2015.

25.2 Outras (Despesas) / Receitas Líquidas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depreciação de bens não vinculados.....	(1.313)	(1.314)
Reversão / (Provisões) ações de desapropriações - empresas cindidas (a)	(24.509)	259.272
Reversão / (Provisões) para compromissos socioambientais.....	(2.558)	8.608
Provisão ativo contingente UHEs Ilha Solteira e Jupia (Nota 31.2).....	(580.798)	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (Nota 13.5).....	-	(1.997.296)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b)	(13.782)	(18.781)
Despesas com convênios	(7.603)	(5.114)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	802	7.808
Outras receitas líquidas.....	7.956	13.398
Outras (despesas) líquidas.....	(12.107)	(8.661)
Total.....	<u>(633.912)</u>	<u>(1.742.080)</u>

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.7)
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 13.1).

Obs.: com a implantação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – 2015, apenas as provisões de ações de desapropriações – empresas cindidas continuaram em “Outras (Despesas) / Receitas Líquidas”. Todas as demais passaram a integrar as “Provisões Operacionais”.

26 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	156.813	185.670
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	10.803	8.660
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	-	63.113
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	149	750
Outras.....	444	821
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras.....	(3.201)	-
	<u>165.008</u>	<u>259.014</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(54.943)	(47.243)
Moeda nacional.....	(13.500)	(104.402)
	<u>(68.443)</u>	<u>(151.645)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros....	-	(134)
Imposto sobre operações financeiras.....	(89)	(357)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(50.925)	(14.157)
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	(10.280)	-
Atualização TAC (nota 20.1).....	-	(265)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(532)	(765)
Atualização P&D - projetos.....	(10.617)	(8.241)
Desconto contrato de clientes.....	-	(2.836)
Outros encargos.....	(12.228)	(4.261)
	<u>(84.671)</u>	<u>(31.016)</u>
	<u>(153.114)</u>	<u>(182.661)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(60.104)	(125.992)
Moeda estrangeira.....	(310.483)	(82.645)
	<u>(370.587)</u>	<u>(208.637)</u>
	<u>(523.701)</u>	<u>(391.298)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(358.693)</u>	<u>(132.284)</u>

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	2015		2014	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro / (Prejuízo) antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	90.808	90.808	882.530	882.530
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(22.678)	(8.173)	(220.609)	(79.428)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	-	-	2	1
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	48.250	17.370
Ajuste de créditos diferidos (complemento).....	84.445	32.087	16.337	(15.059)
Outros.....	16.649	(1.303)	(42.930)	(1.214)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias não constituídas.....	(40.971)	(14.749)	(33.170)	(11.941)
Provisão ativo contingente Ilha Solteira e Jupia.....	(145.200)	(52.272)	-	-
Receita / (Despesa) contabilizada.....	(107.755)	(44.410)	(232.120)	(90.271)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(206.325)	(80.585)	(553.966)	(205.537)
Diferido (Nota 11).....	98.570	36.175	321.846	115.266
Total no resultado.....	(107.755)	(44.410)	(232.120)	(90.271)
Alíquota Efetiva	118,7%	48,9%	26,3%	10,2%

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	2015	2014
Itens que não afetaram o caixa:		
Dividendos propostos (a pagar).....	41.326	404.543
	<u>41.326</u>	<u>404.543</u>

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 31.12.2015, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2015	2014
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	278.700	326.891
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	60.867	72.142
	<u>339.567</u>	<u>399.033</u>
Valor justo por meio do resultado		
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	91.563	81.197
	<u>431.130</u>	<u>480.230</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 14).....	882.709	1.755.064
FIDC (Nota 15).....	309.322	559.342
	<u>1.192.031</u>	<u>2.314.406</u>

29.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

Índice de Endividamento	2015	2014
Empréstimos + Financ. + FIDC.....	1.192.031	2.314.406
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(548.553)	(2.427.852)
Dívida Líquida.....	643.478	(113.446)
Patrimônio Líquido.....	7.310.892	8.629.077
Índice de Endividamento Líquido	8,8%	-1,3%

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao exercício remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia está cumprindo todos os *covenants* requeridos pelas instituições financeiras ou outros credores.

	Vencimentos				Total
	1 ano	2 anos	5 anos	Mais de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2015					
Empréstimos e Financiamentos.....	206.736	220.653	453.726	1.594	882.709
FIDC.....	237.618	71.704	-	-	309.322
	444.354	292.357	453.726	1.594	1.192.031
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e Financiamentos.....	1.149.797	140.415	463.612	1.240	1.755.064
FIDC.....	290.626	206.470	62.246	-	559.342
	1.440.423	346.885	525.858	1.240	2.314.406

29.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 862.495 (R\$ 712.029 em 31.12.2014) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	31.12.2015	31.12.2014
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 14)	862.495	712.029
Total	862.495	712.029

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	4,14	5,18	6,20

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (janeiro a dezembro/2016), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	15.303	82.646	149.989

A Companhia teria em decorrência da variação cambial projetada, um acréscimo na saída de caixa no período de janeiro a dezembro/2016 de R\$ 15.303 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 82.646 no cenário possível e de R\$ 149.989 no cenário remoto.

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2015, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2016 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto sobre Saldo Devedor		Projeção para 31.12.2016		
Passivos	Saldo em 31.12.2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos Dólar Americano - US\$	862.495	914.446	1.143.058	1.371.669
Total	862.495	914.446	1.143.058	1.371.669

29.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 1.171.817, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 20.214 captados a taxas fixas:

Em milhares de Reais

Passivos Vinculados às taxas:	Saldo Contábil	
	31.12.2015	31.12.2014
Moeda Nacional	329.536	1.602.377
CDI	309.322	559.342
IPC-A	-	978.205
TJLP	-	39.460
TAXA FIXA	20.214	25.370
Moeda Estrangeira	862.495	712.029
UMBNDDES	860.878	710.737
LIBOR	1.617	1.292
Total	1.192.031	2.314.406

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e *spread*, tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 01/10/2015. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

Índices	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	15,38	19,23	23,07
UMBNDDES	4,09	5,11	6,14
LIBOR	0,50	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (janeiro a dezembro/2016), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Varição do CDI	(550)	3.232	6.960
Moeda Estrangeira	Varição da UMBNDES	-	9.270	18.820
	Varição da LIBOR	-	6	12
Total		(550)	12.508	25.792

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um decréscimo na saída de caixa de R\$ 550 no cenário provável, e um acréscimo de R\$ 12.508 no cenário possível e R\$ 25.792 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31/12/2015, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 31/12/2016 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor		Projeção para 31/12/2016		
Passivos Financeiros	Saldo em 31/12/2015	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional				
CDI	309.322	84.002	87.232	90.462
TAXA FIXA	20.214	15.060	15.060	15.060
Moeda Estrangeira				
UMBNDDES	860.878	710.552	710.552	725.098
LIBOR	1.617	2.057	2.057	2.062
Total	1.192.031	811.671	814.901	832.682

29.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; e (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento. Em 31 de dezembro de 2015 a Administração da Companhia entende que não existem situações de exposição de risco de créditos que pudessem afetar, de forma significativa, suas operações e resultados futuros.

29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2015, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira por dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 31 de dezembro de 2015.

29.6 Valoração dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2015 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

(b) Valores a Receber

Energia Livre (RTE) e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente do saldo de energia livre referente o racionamento do exercício de 2001 e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valoração na data destas informações intermediárias.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	31.12.2015		31.12.2014	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	-	-	(978.205)	(979.550)
FIDC	(309.322)	(309.459)	(559.342)	(559.829)
Total	(309.322)	(309.459)	(1.537.547)	(1.539.379)

30 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencto.	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	ACE Seguradora S/A	Responsabilidade civil - D&O	06/2016	2.000
Vida - APC	Sul América Seguros S/A	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2016	5.250
Riscos Patrimoniais	Nobre Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	06/2016	1.265.600

Obs.: O escopo dos trabalhos dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

31 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

Composição do ativo disponível para reversão	Saldo em 31.12.2014	Ilha Solteira Jupia (Nota 13)	Provisão (Nota 25.2)	Saldo em 31.12.2015
Ativo disponível para reversão.....	3.529.080	2.808.176	-	6.337.256
Provisão para <i>impairment</i>	-	(1.995.310)	-	(1.995.310)
Provisão ativo contingente.....	(1.811.718)	-	(580.798)	(2.392.516)
Total provisões.....	(1.811.718)	(1.957.012)	(580.798)	(4.387.826)
Ativo disponível para reversão (líquido).....	1.717.362	812.866	(580.798)	1.949.430

31.1 UHE Três Irmãos

Decorrente da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão", que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, havia publicado a Portaria Interministerial nº 580, alterada pela Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, e revisada pela Nota Técnica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE nº EPE-DEE-NT-100/2013-r0, de 9 de setembro de 2013 e Ofício ANEEL nº 126/2013-DR/ANEEL, definindo o valor da indenização da UHE Três Irmãos em R\$ 1.717.362, depreciada até março/2013 (valores referidos a junho/2012).

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia – MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão, em dezembro de 2013, de R\$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

Indenização da Administração.....	3.529.080
Provisão ativo contingente - UHE Três Irmãos (*).....	(1.811.718)
Valor líquido (incontroverso).....	1.717.362

(*) Composição da provisão ativo contingente – UHE Três Irmãos	Demonstração do Resultado		Patrimônio Líquido
	Provisão	Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	Realização do Ajuste de avaliação patrimonial
Parcela do ativo regulatório.....	547.520	-	-
Parcela da mais valia (IFRS).....	1.264.198	429.827	834.371
Provisão ativo contingente.....	1.811.718	429.827	834.371

Em 27 de março de 2014, o Ministério das Minas e Energia – MME, em conjunto com o Ministério da Fazenda – MF, publicou a Portaria Interministerial nº 129, definindo o valor da indenização em R\$ 1.717.362 (referido a junho/2012) e o respectivo pagamento em parcelas mensais, no prazo de 7 anos e carência mínima de 90 dias para efetuar o primeiro pagamento. Condição para o pagamento ao envio pela CESP de declaração constante no Anexo I da Portaria para recebimento da indenização. No entanto, o envio da declaração implicaria no reconhecimento, por parte da Companhia, de que o valor de indenização estabelecido no Anexo I era suficiente para a cobertura do montante da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão nele indicada ou à forma de recebimento da indenização de que tratava esta Portaria.

Em 7 de abril de 2014 a Companhia enviou ofício para o Ministério das Minas e Energia – MME, manifestando OPOSIÇÃO à Portaria Interministerial nº 129/MME/MF em relação a (i) o valor de indenização a ser paga referente à UHE Três Irmãos; (ii) o pagamento da indenização em parcelas mensais, a ser efetuado no prazo de 7 anos; e (iii) o dever de firmar declaração que implica em reconhecimento, por parte da CESP, de que o valor estabelecido na Portaria é suficiente para a cobertura do montante da parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, não restando quaisquer valores a pleitear com relação à concessão ou à forma de recebimento da indenização.

Em 9 de julho de 2014, a Companhia ingressou na Justiça Federal, em Brasília, com Ação de Procedimento Ordinário com Pedido de Tutela Antecipada, em face da União, pleiteando o recebimento de indenização pelos investimentos ainda não amortizados, em vista da reversão dos bens e instalações da Usina Três Irmãos.

Nos autos da ação judicial, em despacho datado de 29 de julho de 2014, o juízo indeferiu o pedido liminar requerido pela CESP, voltado ao pagamento imediato de valor incontroverso, que monta a R\$ 1,7 bilhão. A CESP adotou medidas para reverter a decisão por meio do recurso cabível, mas não obteve êxito na ocasião. Após a apresentação de contestação pela UNIÃO, em 28 de novembro de 2014, foi proferida nova decisão deferindo, em parte, a liminar pleiteada, para suspender a cláusula de renúncia (parágrafo único, art. 3º da Portaria MME/MF n. 129/2014, de 28/03/2014), e determinar que a União processasse o requerimento administrativo de pagamento do valor incontroverso parceladamente, sem prejuízo da discussão judicial do montante total devido. Tal decisão, contudo, foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região em razão de recurso interposto pela União. A CESP continua tomando todas as medidas jurídicas cabíveis, com vistas a reverter essa decisão e passar a receber os valores que lhe são devidos. O juízo deferiu em 09 de setembro de 2015 a produção de perícia de engenharia solicitada pela CESP, os assistentes técnicos já foram indicados pelas partes. Em 29 de fevereiro de 2016 houve decisão favorável ao ingresso do Estado de São Paulo na lide como interessado, com base no art. 5º, § único da Lei nº 9.469/97.

Em dezembro de 2015, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 a CESP encaminhou as diferenças entre o Projeto Básico e o Projeto Executivo dessa usina .

Quanto à operação da usina, em 28 de março de 2014, ocorreu o leilão para definição do novo operador da UHE Três Irmãos. O objeto do certame foi apenas a usina; sendo que o Canal de Pereira Barreto e as eclusas ficaram fora da disputa. A licitação foi vencida pelo Consórcio Novo Oriente, composto por um fundo de investimentos e Furnas, posteriormente denominado TIJOÁ Participações e Investimentos S/A, com deságio de R\$ 0,87 em relação ao teto estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (R\$ 31.623.036,87). No entanto, na mesma data, o Tribunal de Contas da União – TCU, através de medida cautelar, suspendeu o resultado do leilão e determinou que a ANEEL não celebrasse o contrato de concessão com os vencedores do certame enquanto analisava os impactos e repercussões do fato de o Canal Pereira Barreto e as eclusas não terem sido objeto da referida licitação.



Em 9 de abril de 2014, em reunião plenária, o Tribunal de Contas da União – TCU manteve a decisão que suspendeu a assinatura do contrato referente ao leilão da UHE Três Irmãos, até que o órgão julgasse o processo. Em 20 de agosto de 2014, o TCU autorizou a assinatura do contrato de concessão porque o governo apresentou proposta de que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT assumiria a responsabilidade de operar a eclusa e o canal, mediante contrato a ser celebrado.

Em 10 de setembro de 2014, com interveniência do Fundo de Investimentos em Participações Constantinopla e de Furnas Centrais Elétricas S/A, a TIJOÁ Participações e Investimentos S/A assinou com o Ministério de Minas e Energia – MME, o contrato de concessão para geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Três Irmãos, com 30 dias de operação assistida e com início de vigência em 10 de outubro de 2014, pelo prazo de 30 anos. Portanto, desde 10 de outubro de 2014, a responsabilidade pela concessão da UHE Três Irmãos é da TIJOÁ Participações.

Em 1º de outubro de 2014, a CESP assinou com a TIJOÁ Participações, contrato de prestação de serviços de operação e manutenção na UHE Três Irmãos e instalações associadas com prazo de duração de 6 meses, a contar do início da vigência em 10 de outubro de 2014, cujo objetivo era viabilizar a assunção, pela TIJOÁ, da operação completa, de forma ordenada. Este contrato foi encerrado em 09 de abril de 2015.

Em 16 de outubro de 2014, a TIJOÁ Participações assinou com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, contrato para operação e manutenção das eclusas de Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto, no Rio Tietê, no Estado de São Paulo.

31.2 UHEs Ilha Solteira e Jupia

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos as UHEs de Ilha Solteira e Jupia:

- Portaria Interministerial MME/MF nº 580, de 1 de novembro de 2012, alterada pela Portaria nº 602 de mesma data, definindo o valor de R\$ 21.886.060,00 a título de indenização para a concessão de geração de energia elétrica da UHE Ilha Solteira;
- Portaria MME nº 123, de 14 de abril de 2015, alterada pelas Portarias MME nº 384, de 18 de agosto de 2015 e nº 429, de 11 de setembro de 2015, onde estabelece diretrizes para o leilão das concessões das usinas hidrelétricas já amortizadas;
- Portaria MME nº 218, de 15 de maio de 2015, retificada pela Portaria nº 300 de 24 de junho de 2015 e pela Portaria nº 454 de 24 de setembro de 2015, determinando que o leilão para escolha do novo operador das UHEs Ilha Solteira e Jupia seja realizado em 6 de novembro de 2015.
- Portaria MME nº 256, de 11 de junho de 2015, designando a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica das Usinas Hidrelétricas Ilha Solteira e UHE Jupia, a partir de 8 de julho de 2015, até a assunção do concessionário vencedor da licitação das Usinas Hidrelétricas;
- Em 8 de julho de 2015, ocorreu o término da exploração econômica das UHEs Ilha Solteira e Jupia pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou as usinas até junho de 2015 e as reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”.
- Nota Técnica nº 180/2015, de 13 de julho de 2015, da SGT/ANEEL – Superintendência de Gestão Tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica que estabeleceu o cálculo de RAG Inicial de Usinas Hidrelétricas, em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, para o período de julho de 2015 a junho de 2016; cálculo este homologado em 28 de julho de 2015, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.924;
- A Medida Provisória nº 688, de 18 de agosto de 2015, convertida na Lei nº 13.203/2015, de 8 de dezembro de 2015, que instituiu a bonificação pela outorga, dispôs sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, e alterou outras leis setoriais.
- Resolução nº 2, de 18 de setembro de 2015, do CNPE – Conselho Nacional de Política Energética em que estabelece os parâmetros técnicos e econômicos das licitações de concessões de geração de energia elétrica.
- Em 1 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 458, em que definiu o valor de R\$ 2.027.810,00 mil como indenização da UHE Ilha Solteira, relativo ao projeto básico, nos termos da MP



nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, referenciados a preços de junho de 2015, considerando a depreciação e a amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação das instalações e até 30 de junho de 2015. Para a UHE Jupia, o Governo Federal considera que não há valor a indenizar.

- Em 9 de outubro de 2015, foi ajuizada pela CESP, ação indenizatória em face da União Federal, para o fim de que esta seja condenada a pagar à Companhia o montante devido a título de reversão dos bens e instalações vinculados à exploração da concessão da UHE de Ilha Solteira e da UHE de Jupia, considerado o custo histórico atualizado dos ativos em questão de R\$ 1.561.240.516,13.
- Em 28 de outubro de 2015, o MME – Ministério das Minas e Energia publicou a Portaria nº 500, adiando para 25 de novembro a realização do leilão das concessões de 29 usinas hidrelétricas já amortizadas, incluindo as de Ilha Solteira e Jupia.
- Em dezembro de 2015, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013 a CESP encaminhou a comprovação da realização de investimentos em modernizações e melhorias vinculadas aos bens reversíveis das UHE's Ilha Solteira e Jupia, cujo saldo em 30 de julho de 2015 totalizava R\$ 230 milhões.

Tendo em vista que o Poder Concedente já se manifestou formalmente quanto ao valor de indenização dessas usinas, estabelecido em apenas R\$ 2.028 mil, a Companhia entende que é seu direito em receber o montante registrado, considerado o custo histórico atualizado, e continuará a discuti-lo judicialmente. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e em face da Resolução ANEEL nº 596/2013, a Companhia constituiu provisão para desvalorização desses ativos (ativo contingente), no valor de R\$ 580.798 mil, ajustando o valor registrado até o desfecho da disputa judicial, conforme abaixo demonstrado:

Composição do ativo disponível para reversão	EMPREENDIMENTO		
	Ilha Solteira	Jupia	Total
Ativo disponível para reversão.....	2.165.858	642.318	2.808.176
Provisão para <i>impairment</i>	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Provisão ativo contingente (*).....	(379.464)	(201.334)	(580.798)
Total provisões.....	(2.036.948)	(539.160)	(2.576.108)
Ativo disponível para reversão (líquido).....	128.910	103.158	232.068

(*) Composição da provisão ativo contingente UHE's Ilha Solteira e Jupia	EMPREENDIMENTO		
	Ilha Solteira	Jupia	Total
Usina.....	2.165.858	642.318	2.808.176
Provisão para <i>impairment</i>	(1.657.484)	(337.826)	(1.995.310)
Subtotal.....	508.374	304.492	812.866
Portaria MME nº 458 de 01.10.2015.....	(2.028)	-	(2.028)
Modernização e melhoria Res. nº 596/2013 ANEEL.....	(126.882)	(103.158)	(230.040)
Subtotal.....	(128.910)	(103.158)	(232.068)
Provisão Ativo Contingente (Nota 25.2).....	379.464	201.334	580.798

31.2.1 Segregação dos Resultados das Usinas

Torna-se impraticável a segregação das receitas, despesas e o fluxo de caixa das usinas Ilha Solteira e Jupia das demais usinas da Companhia para os exercícios de 2015 e de 2014, pois:

- Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e livre não foram lastreados por usina, mas sim pelo total do Parque Gerador da empresa.
- A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE não disponibiliza os dados para contabilização das sobras e déficits de energia (Energia Secundária, *Generation Scaling Factor* – GSF, Mecanismo de Realocação de Energia – MRE) por usina.



DIRETORIA

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE
PRESIDENTE

ALMIR FERNANDO MARTINS
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

MÁRCIO REA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MITUO HIROTA
DIRETOR DE GERAÇÃO, acumulando a
DIRETORIA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

MAURO MARQUES
GERENTE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CONTADOR – CRC – 1SP253079-O-1



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES

CONSELHEIROS

ADERBAL DE ARRUDA
PENTEADO JÚNIOR

ADRIANO JOSÉ PIRES
RODRIGUES

ANDREA SANDRO CALABI

CLÓVIS LUIZ CHAVES

FERNANDO CARVALHO BRAGA

LUIZ GONZAGA VIEIRA DE
CAMARGO

MAURO GENTILE RODRIGUES
DA CUNHA

MAURO GUILHERME JARDIM
ARCE

PAULO SÉRGIO CORDEIRO
NOVAIS

RENATO AUGUSTO ZAGALLO
VILLELA DOS SANTOS

RICARDO ACHILLES

RICARDO DARUIZ BORSARI

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CESP – Companhia Energética de São Paulo, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, VII do artigo 163 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas segundo os princípios estabelecidos nos capítulos XV e XVI do referido diploma legal, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Normas, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, Proposta da Administração para destinação do resultado, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, complementados por Notas Explicativas, bem como Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício.

Com fundamento nos exames realizados, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho é de opinião que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

É o Parecer.

São Paulo, 22 de março de 2016.

Amancio Acúrcio Gouveia

Emília Ticami

Manuel Jeremias Leite Caldas
Castro

Sebastião Eduardo Alves de

Vanildo Rolando Neubauer



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros da
CESP – Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CESP - Companhia Energética de São Paulo (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-3